

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO  
PARA A 10ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 38ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Companhia Celg de Participações - CELGP ("Celgpar") é uma sociedade por ações e de capital autorizado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério de Estado da Fazenda - CNPJ/MF, sob o número 08.560.444/0001-93.

A Celgpar encontra-se registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde o dia 14 de março de 2008, sob o número 2139-3, enquadrada na categoria "A", nos termos do Art. 2º, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Os atos constitutivos da Celgpar estão arquivados no registro de comércio, especificamente na Junta Comercial do Estado de Goiás - Juceg, sob o Número de Identificação de Registro de Empresas - Nire 52300010926.

O Estatuto Social, de 30 de janeiro de 2012 ("Estatuto Social"), está registrado na Juceg e, acatado o disposto no Art. 30, Inciso XIII, da Instrução CVM nº 480/2009, foi disponibilizado, nos portais da CVM e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Bovespa").

As Políticas de Divulgação de Informação e de Negociação de Valores Mobiliários, de 2 de março de 2010 ("Políticas de Divulgação de Negociação"), estão arquivadas na Juceg e inseridas nos portais da CVM e da Bovespa (Art. 30, Inciso XI e Inciso XII, Instrução CVM nº 480/2009).

Os valores mobiliários de emissão da Celgpar, representados integralmente por ações ordinárias escriturais, administradas pela instituição depositária Banco do Brasil S.A., são negociados no mercado de valores mobiliários, especificamente na Bovespa.

A Celgpar é proprietária de 49% (quarenta e nove por cento) das ações de emissão da Celg Distribuição S.A. - CELG D; e da totalidade das ações de emissão da Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, constituída na modalidade de subsidiária integral.

A 10ª Assembleia Geral Ordinária e 38ª Assembleia Geral Extraordinária, em conjunto denominadas "Assembleias", serão realizadas no dia **29 de abril de 2016**, às **15 horas**, na respectiva sede social.

As Assembleias foram convocadas, mediante aviso societário denominado Edital de Convocação Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Edital de Convocação"), vinculando as matérias ao âmbito da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária.

Salienta-se a cumulatividade de convocação das Assembleias, inclusive a realização no mesmo local, data e hora, e instrumentação em ata única, conforme prerrogativa prevista no Art. 131, Parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os Conselheiros de Administração, na 101ª Reunião do Conselho de Administração, de 28 de março de 2016, e na 102ª Reunião do Conselho de Administração, de 12 de abril de 2016, examinaram as matérias constantes do Edital de Convocação e expressaram concordância com todos os termos.

Os aspectos principais, procedimentos e demais considerações, inclusive o detalhamento das matérias inclusas na Ordem do Dia, estão discriminados nesta Proposta da Administração Para a 10ª Assembleia Geral Ordinária e 38ª Assembleia Geral Extraordinária ("Proposta da Administração").

A Administração da Celgpar, objetivando o atendimento aos requisitos exigidos pela Lei nº 6.404/1976, normas emanadas da CVM, Estatuto Social e pelas Políticas de Divulgação e de Negociação, determinou o cumprimento das seguintes formalidades:

- I. divulgação do Edital de Convocação, simultaneamente, por 3 (três) vezes consecutivas, com prazo mínimo de antecedência de 15 (quinze) dias (Lei nº 6.404/1976, Art. 124, § 1º, Inciso II), haja vista a condição de companhia aberta;
- II. veiculação do Edital de Convocação no Diário Oficial do Estado de Goiás e, também, no jornal O Hoje, programada, impreterivelmente, para os dias 14 (quatorze), 15 (quinze) e 18 (dezoito), do mês de abril de 2016;
- III. transmissão do Edital de Convocação para a CVM e Bovespa, pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E" e Espécie "Edital de Convocação", em data coincidente com a veiculação do primeiro anúncio do Edital de Convocação;

- IV. disponibilização da Proposta da Administração aos senhores acionistas, também em 14 de abril de 2016, coincidente com a publicação do primeiro anúncio de convocação das Assembleias, contendo o detalhamento das matérias;
- V. remessa da Proposta da Administração para a CVM e Bovespa, conforme Lei nº 6.404/1976, Art. 124, § 6º, pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração", subdividida nos respectivos assuntos;
- VI. os documentos "Destinação do Lucro Líquido", e "Comentários dos Administradores Sobre a Situação Financeira da Companhia", foram objeto de transmissão 1 (um) mês antes da realização das Assembleias, no dia 28 de março de 2016, mediante Protocolo de Entrega CVM/Bovespa número 021393IPE290420160104245711-12;
- VII. em 28 de março de 2016, foram remetidas as Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Demonstrações Financeiras Padronizadas, via sistema EmpresasNet; conforme protocolos números 021393IPE311220150104245710-85 e 021393DFP311220150100054518-73, respectivamente;
- VIII. os dados introduzidos pelo sistema EmpresasNet, mencionados nesta Proposta da Administração, estão alocados, simultaneamente, no portal da CVM e da Bovespa, facultado o acesso de qualquer acionista, investidor ou demais interessados;
- IX. os documentos mencionados nesta Proposta da Administração encontram-se também inseridos no sítio da Celgpar, em atendimento à determinação da CVM, mediante Art. 13, § 2º, da Instrução CVM nº 480/2009; e
- X. os acionistas poderão obter cópia da Proposta da Administração na Superintendência de Relacionamento com Acionistas, localizada na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Parte, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, Goiânia - Goiás.

Os assuntos de atribuição da Assembleia Geral Ordinária, estabelecidos na redação do Art. 132, e no § 3º, do Art. 289, da Lei nº 6.404/1976, encontram-se identificados no Item 1 ao Item 3, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação.

Concomitantemente, as matérias de competência da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, definidas residualmente no Art. 131, *caput*, da Lei nº 6.404/1976, estão representados no Item 4 ao Item 6.

As matérias constantes na pauta de convocação das Assembleias, objeto de deliberação pelos acionistas, consistem dos seguintes itens e proposições, vinculados aos assuntos constantes na Ordem do Dia, do Edital de Convocação e apresentados na mesma ordem sequencial:

#### **1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O Item 1, da Ordem do Dia, primeiro da Assembleia Geral Ordinária, é nomeado pelo termo "Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e os documentos complementares, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015".

A 101ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de março de 2016, às 9 horas, avaliou esta matéria e, em seguida, a remeteu para exame e manifestação no âmbito da 48ª Reunião do Conselho Fiscal.

A 48ª Reunião do Conselho Fiscal, de 28.03.2016, às 15 horas, entregue no sistema EmpresasNet sob Protocolo de Entrega 021393IPE280320160104245711-04, emitiu opinião, mediante Parecer, favorável à aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas também foram disponibilizadas no portal da CVM e da Bovespa, no dia 28 de março de 2016, conforme já mencionado no Inciso VII, do décimo terceiro parágrafo desta Proposta da Administração.

Assim, as Demonstrações Financeiras Padronizadas e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas foram enviadas pelo sistema EmpresasNet, em Formulários Padronizados - Demonstrações Financeiras Padronizadas, e em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Dados Econômico-Financeiros" e Tipo "Demonstrações Financeiras Anuais Completas", respectivamente.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, de 31 de dezembro de 2015, ainda não foram objeto de publicação, nos periódicos habitualmente empregados, Diário Oficial do Estado de Goiás e no jornal O Hoje, todavia serão veiculadas até 5 (cinco) dias anteriores à realização da Assembleia Geral Ordinária.

Os documentos discriminados no Art. 133, da Lei nº 6.404/1976, foram colocados à disposição dos acionistas, em 28 de março de 2015, na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Parte, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, em Goiânia, capital do Estado de Goiás.

A disponibilização desses documentos foi comunicada aos interessados por intermédio do Aviso Aos Acionistas, de 29.03.2016, conforme Protocolo de Entrega nº 021393IPE290320160104245711-20, veiculado por 3 (três) vezes consecutivas, no Diário Oficial do Estado de Goiás e no jornal O Hoje, nos dias 29, 30 e 31 de março de 2016.

Os Comentários dos Diretores (Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009), estão acessíveis, pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais; na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Comentários dos Administradores Sobre a Situação Financeira da Companhia".

A distribuição de lucros, relativa ao exercício de 2015, não será realizada, haja vista a ocorrência de prejuízo neste exercício e, conseqüentemente, inexistência de distribuição de dividendos por esta sociedade.

Embora constada a inexistência de lucro líquido, houve a decisão de envio do arquivo Destinação do Lucro Líquido, objetivando fornecer resposta ao Item 10. Em Relação ao Dividendo Obrigatório, alínea "a", único campo preenchido, constando nos demais o termo "Inexistente".

Portanto, as informações indicadas no Anexo 9-1-II, da Instrução CVM nº 481/2009, foram transmitidas via sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Destinação dos Resultados", no dia 28 de março de 2016, segundo Protocolo de Entrega nº 21393IPE290420160104245711-12.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas, Demonstrações Financeiras Anuais Completas, ata do Conselho Fiscal contendo o respectivo Parecer, Destinação do Lucro Líquido e Comentários dos Diretores, foram transmitidos, permanecendo acessíveis, desde o dia 28 de março de 2016.

A Proposta de Destinação do Lucro Líquido e os Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Celgpar estão sendo novamente apresentados, na sequência desta Proposta da Administração, conforme explicado a seguir, observada a presença do Protocolo de Entrega, de 28 de março de 2016.

A reapresentação desses dois documentos, embora enviados em 28.03.2016, segundo o Art. 9º, § 1º, Inciso II, e Art. 9º, Inciso III, da Instrução CVM nº 481/2009, foi necessária, porque o sistema EmpresasNet permite apenas um único arquivo com a mesma data de referência para a Proposta da Administração.

Esses dois documentos, considerando que são objetos de reapresentação, estão realocados imediatamente após os demais anexos relatados nesta Proposta da Administração, página **33** à página **37**, e página **38** à página **75**, respectivamente.

Ainda, ratifica-se que o Protocolo de Entrega na CVM/Bovespa, sob o número 21393IPE290420160104245711-12, concernente à Destinação do Lucro Líquido e Comentário dos Diretores Sobre a Situação Financeira, encontra-se na página **76** e página **77**.

## **2. ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

A segunda matéria, constante do Edital de Convocação, da Assembleia Geral Ordinária, é representada pela configuração "Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, atendida a exigência presente no Art. 240, Lei nº 6.404/1976".

O mandato dos componentes do Conselho Fiscal ("Conselheiros Fiscais") encerrar-se-á com a realização da Assembleia Geral Ordinária, devendo, portanto, novos membros serem eleitos, sendo permitida a reeleição.

Far-se-á necessário, também, estipular o número de Conselheiros Fiscais, tendo em vista que a composição deverá ser definida entre 3 (três), no mínimo, e, no máximo, 5 (cinco) membros, segundo Art. 34, do Estatuto Social.

A condição da Celgpar como Sociedade de Economia Mista determina o cumprimento do Art. 240, da Lei nº 6.404/1976, sendo um Conselheiro Fiscal e respectivo suplente eleitos pelos proprietários de ações ordinárias minoritárias.

A recomendação da administração contempla a definição de 5 (cinco) Conselheiros Fiscais, assegurada 1 (uma) vaga de titular e respectiva suplência ao representante dos acionistas minoritários; requerendo, conseqüentemente, quorum de 3 (três) membros nas reuniões desse evento societário.

A Lei nº 6.404/1976 (Art. 161, § 6º) determina que os Conselheiros Fiscais e seus suplentes exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição e poderão ser reeleitos.

Assim, considerando que a duração do mandato dos Conselheiros Fiscais constitui preceito de ordem pública, o mesmo não pode ser alterado pelo Estatuto Social. Portanto, o Art. 37, do Estatuto Social, apenas apresenta reprodução do disposto na lei.

O preenchimento dos requisitos exigidos pelo Art. 162, da Lei nº 6.404/1976, e dos dispositivos constantes no Art. 34 e Art. 35, do Estatuto Social, é indispensável; assim como a transmissão do número de ações, de propriedade dos Conselheiros Fiscais para a CVM e Bovespa, logo após a investidura na função.

As informações indicadas na Proposta da Administração estão disponíveis pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal".

Os dados relativos aos membros do Conselho Fiscal, Art. 10, da Instrução CVM nº 481/2009, constam, concomitantemente, na continuação da atual Proposta da Administração, especificamente na página **07** à página **20**.

### **3. MUDANÇA DE JORNAL**

A terceira matéria, última da Assembleia Geral Ordinária, encontra-se identificada pelo termo "Apreciar e deliberar sobre a mudança do jornal de divulgação das publicações societárias, concernente ao Art. 289, *caput*, segunda parte, da Lei nº 6.404/1976, observado o requisito presente no § 3º, desse dispositivo".

Essa matéria, embora não discriminada nos incisos do Art. 132, da Lei nº 6.404/1976, e apesar da afirmação categórica no *caput*, do Art. 131, da Lei nº 6.404/1976, é assunto de competência do âmbito da Assembleia Geral Ordinária, decorrente do disposto no § 3º, do Art. 289, desta lei.

Atualmente, os atos societários são veiculados, simultaneamente, no Diário Oficial, e em um jornal de grande circulação editado na localidade em que se encontra a sede da Celgpar, conforme determinação do Art. 289, *caput*, da Lei nº 6.404/1976.

A matéria, foco de apreciação pela Assembleia Geral Ordinária, será a mudança do jornal de grande circulação, motivada, especialmente, pela redução dos atuais custos de publicação dos avisos societários; permanecendo inalterada a publicação no Diário Oficial, em razão da inexistência de alternativa.

A 102ª Reunião do Conselho de Administração, de 12 de abril de 2016, às 15 horas, tem como objeto o exame das condições das opções para a publicação em jornal de grande circulação, observada a abrangência da proposta, no mínimo, até a publicação dos atos da Assembleia Geral Ordinária de 2017.

Os membros do Conselho de Administração, entre as alternativas apresentadas, escolherão a melhor opção para as publicações da Celgpar, bem como a remeterá, juntamente com as demais, com a recomendação de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Essa matéria, observada a permanência do jornal atualmente empregado, resultará na ineficácia de remessa dessa matéria para o âmbito da Assembleia Geral Ordinária, devendo esse assunto ser retirado da Ordem do Dia.

Após a aprovação do novo jornal pela Assembleia Geral Ordinária, sendo o escolhido distinto do atualmente empregado, a Celgpar deverá veicular Aviso aos Acionistas, ainda nos mesmos jornais habitualmente empregados, noticiando essa alteração (Lei nº 6.404/1976, Art. 289, § 3º).

### **4. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

A quarta matéria, da Ordem do Dia, constante do Edital de Convocação, primeira da Assembleia Geral Extraordinária, contempla exatamente a expressão "Fixar a remuneração dos Diretores, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais".

Essa matéria refere-se à estipulação das importâncias a serem pagas aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, objetivando o atendimento ao disposto no Art. 12, Inciso I e Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009.

A remuneração dos Conselheiros de Administração e dos Conselheiros Fiscais, bem como os honorários e as gratificações dos membros componentes da Diretoria são fixados com fundamento no disposto no Art. 9º, § 2º, Inciso II, do Estatuto Social.

Os dados previstos no Art. 12, Inciso I e Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009, estão acessíveis na CVM e Bovespa, inserto pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais; na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Remuneração dos Administradores".

Os aludidos dados, conforme discriminados no parágrafo anterior, são transmitidos nesta data, objeto de publicação do primeiro anúncio do Edital de Convocação, em acatamento ao disposto no Art. 6º, Parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009.

Os dados dispostos no Art. 12, Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se inseridos na sequência dos dados pessoais dos Conselheiros Fiscais, constituindo-se em parte integrante desta Proposta da Administração (página 21 à página 32).

A Proposta da Administração, em cumprimento à Instrução CVM nº 481/2009 (Art. 12, Inciso I), alvo de decisão pelas Assembleias, referente à fixação da remuneração aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, apresenta-se com a seguinte configuração:

**a. DIRETORIA**

Remuneração mensal, correspondente ao valor de R\$ 19.151,50 (dezenove mil, cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), sem prejuízo das vantagens financeiras inerentes ao empregado da Celgpar, elevado à condição de Diretor, mais uma gratificação de função no valor de R\$ 3.885,00 (três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), além de uma gratificação de gestão correspondente a 50% (cinquenta por cento) da soma das duas primeiras parcelas; repassados à remuneração mensal os mesmos reajustes que, eventualmente, forem concedidos aos empregados, bem como o mesmo índice de correção aplicado à gratificação de função; com pagamento de uma 13ª (décima terceira) remuneração; além do período de descanso anual remunerado, equivalente a 30 (trinta) dias após cada período de 12 (doze) meses do exercício do mandato de Diretor, devendo esse período ser convertido em pecúnia, caso não seja possível o afastamento do Diretor; e, ainda, foi autorizado o recolhimento das contribuições patronais referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra e Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Celg - Celgmed; além de outros benefícios concedidos na forma do Estatuto Social; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza.

**b. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

A fixação da remuneração dos Conselheiros de Administração fundamenta-se no Art. 20, do Estatuto Social, correspondendo a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar; observando-se, ainda, o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; sendo também as despesas de viagem e estada, a serviço do Conselho de Administração, reembolsadas mediante comprovação (Art. 21, Estatuto Social).

**c. CONSELHO FISCAL**

A proposta de remuneração corresponde, atendida a previsão constante no Art. 38, do Estatuto Social, a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar, inclusive com o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; além do reembolso das despesas que tiverem a serviço do Conselho Fiscal, mediante a apresentação de comprovantes das despesas realizadas (Art. 162, § 3º, Lei nº 6.404/1976; e Art. 39, Estatuto Social).

**5. EXECUÇÃO DE MEDIDAS PELA DIRETORIA**

O Item 5, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação, segundo da Assembleia Geral Extraordinária, pode ser identificado pela expressão "Incumbir à Diretoria da Celgpar a implementação de todas as medidas deliberadas".

Seguramente, os representantes legais da Celgpar necessitam tomar medidas em decorrência das matérias aprovadas, objetivando a complementação dos atos e, conseqüentemente, promover a produção de eficácia.

Os acionistas, reunidos nas Assembleias, deliberarão sobre a atribuição e autorização à Diretoria da Celgpar, objetivando praticar todos os atos necessários e imprescindíveis para a implementação desses eventos.

## **6. DIVULGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES**

Finalmente, a última matéria, Item 6, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação, terceira da Assembleia Geral Extraordinária, é representada literalmente pela proposição "Autorizar a execução de atos relativos à publicação da ata das Assembleias e das respectivas deliberações".

Enfatiza-se a faculdade de publicação com a omissão das respectivas assinaturas e, também, na forma de extrato da ata das Assembleias (Art. 130, § 2º e § 3º, Lei nº 6.404/1976); e, ainda, está sendo recomendada a adoção das seguintes medidas:

- a)** arquivamento e registro da ata das Assembleias na Juceg, acompanhada de via do Parecer do Conselho Fiscal e da Proposta da Administração; e das publicações do Aviso aos Acionistas, do Edital de Convocação e das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de 31 de dezembro de 2015;
- b)** transmissão da ata das Assembleias, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato de ata, para a CVM e Bovespa, pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E" e Espécie "Ata";
- c)** inserção da ata das Assembleias, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato, no portal da Celgpar;
- d)** publicação integral da ata das Assembleias, no Diário Oficial do Estado de Goiás (Art. 289, caput, primeira parte, e § 3º); e
- e)** publicação integral da ata das Assembleias, ou do respectivo extrato, no jornal editado na localidade da sede da Celgpar (Art. 289, caput, segunda parte, e § 3º).

Goiânia, 14 de abril de 2016.

**Braulio Afonso Morais**  
**Diretor Vice-Presidente**  
**e de Relações com Investidores**

Anexos: os dados indicados pelo Art. 10 (página 07 à página 20); informações previstas no Art. 12, Inciso II (página 21 à página 32); detalhamento segundo Art. 9º, § 1º, Inciso II (página 33 à página 37); comentários determinados pelo Art. 9º, Inciso III (página 38 à página 75), da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009; e Protocolo de Entrega na CVM/Bovespa (página 76 e página 77), da Proposta de Proposta de Destinação do Lucro Líquido e Comentário dos Diretores Sobre a Situação Financeira, em 28.03.2016, às 18h34min; são partes integrantes desta Proposta da Administração.

Item 12.6 ao Item 12.10 do Formulário de Referência  
(Art. 10, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **08** à página **20**

ÓRGÃO	NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELEITIVO OCUPADO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCICIDOS NO EMISSOR	INDICAÇÃO SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO
CONSELHO FISCAL	ENIO PASCOAL	82	ADVOGADO	004.299.291-53	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR	29.04.2016	29.04.2016	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017		INDICADO PELO CONTROLADOR
	JOSÉ TAVEIRA ROCHA	72	ADMINISTRADOR	002.444.221-68	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR	29.04.2016	29.04.2016	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017		INDICADO PELO CONTROLADOR
	RENÉ POMPEO DE PINA	74	ENGENHEIRO	004.546.211-91	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR	29.04.2016	29.04.2016	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017		INDICADO PELO CONTROLADOR
	MOACYR AUGUSTO DA SILVA SALOMÃO	47	ECONOMISTA	462.109.381-91	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR	29.04.2016	29.04.2016	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017		INDICADO PELO CONTROLADOR
	DIVINO AIRES DE ARAÚJO	76	ADVOGADO	002.449.021-00	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	29.04.2016	29.04.2016	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017		INDICADO PELO CONTROLADOR
	DIVINO FERNANDES DOS REIS	68	ADVOGADO	060.275.801-78	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	29.04.2016	29.04.2016	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017		INDICADO PELO CONTROLADOR
	CARLOS EDUARDO PIMENTEL SANTOS	61	ENGENHEIRO	035.250.578-81	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	29.04.2016	29.04.2016	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017		INDICADO PELO CONTROLADOR
	GESMAR JOSÉ VIEIRA	66	ECONOMISTA	045.087.851-15	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	29.04.2016	29.04.2016	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017		INDICADO PELO CONTROLADOR





**12.7** Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

**INEXISTENTE**



12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

A. CURRÍCULO:

**CONSELHO FISCAL**

NOME:	Enio Pascoal
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Professor; Servidor Público Estadual; Cirurgião Dentista; Vereador por 2 (dois) mandatos; Deputado Estadual por 4 (quatro) legislaturas; Secretário de Estado da Administração do Governo Estadual; Secretário de Estado para Assuntos Políticos; Presidente da Assembleia legislativa por 2 (dois) mandatos; Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; e Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	



NOME:	José Taveira Rocha
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Administrador; Advogado; Empregado do Banco do Estado de Goiás, no qual exerceu praticamente todas as funções da estrutura; Diretor do BDGoiás; Presidente do BDGoiás; Presidente da GoiásFomento; Presidente da ASBAN-GO; e Vice-Presidente da ABDE. Diretor Geral do Departamento de Trânsito de Goiás - Detran. Secretário de Estado da Fazenda de Goiás. Atualmente exerce o cargo de Diretor-Presidente da Saneamento de Goiás S.A.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



NOME:	Rene Pompeo de Pina
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Companhia Energética de Goiás - CELG: Chefe da Divisão de Produção de Energia; Chefe do Departamento de Operação; Superintendente de Operação, Transmissão e Distribuição; Assessor Técnico da Diretoria Técnica. Secretário de Estado de Minas, Energia e Telecomunicações de Goiás. Secretário de Estado da Fazenda de Goiás. Superintendente da SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Ministério do Interior. Presidente da Comissão Especial da Divisão do Estado do Mato Grosso. Secretário Geral Adjunto do Ministério dos Transportes. Secretário de Estado da Fazenda do Tocantins. Superintendente Executivo da Secretaria de Estado de Goiás. Superintendente Executivo da Secretaria de Estado de Infraestrutura de Goiás. Secretário de Estado de Infraestrutura de Goiás. Atualmente exerce o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	<p>Diretor Técnico da Celg Distribuição S.A. - CELG D; Diretor Vice-Presidente da CELG D; Presidente do Conselho de Administração da Companhia Celg de Participações - Celgpar; e Diretor-Presidente da Celgpar.</p>



NOME:	Moacyr Augusto da Silva Salomão
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>ATUAL: Gerente da Dívida Pública, órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, desde o ano de 2007.</p> <p>ANTERIORES: Assessor Legislativo da Câmara dos Deputados, de 2002 ao ano de 2006. Gerente de Produção do Banco Real S.A., de 1994 ao ano de 2001.</p> <p>FORMAÇÃO: Graduado em Economia pela Uniceub do distrito Federal, conclusão em 1996. Pós-graduado em Investimentos, pela Universidade Federal de Goiás, conclusão em 2011.</p> <p>QUALIFICAÇÃO: Cursos complementares nas áreas de Finanças e Gestão. Cursos complementares em Gestão Pública.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



NOME:	Divino Aires de Araújo
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Chefe da Assessoria Jurídica do Departamento de Telecomunicações de Goiás – Detelgo; Consultor Jurídico e Assessor de Organização e Métodos da Companhia de Telecomunicações de Goiás – Cotelgo; Assessor Jurídico e Assessor da Presidência da Centrais Elétricas de Goiás S.A. - Celg; Diretor Administrativo da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago; Diretor-Presidente da Eletra – Fundação Celg de Seguros e Previdência.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



NOME:	Divino Fernandes dos Reis
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Promotor de Justiça nas comarcas de Pontalina, Piranhas, Caiapônia e Goiânia; Assessor Parlamentar do Ministério Público do Estado de Goiás; Ouvidor-Geral de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás; e Advogado.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



NOME:	Carlos Eduardo Pimentel Santos
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Engenheiro Mecânico, com atuação no setor elétrico, com mais de 30 anos de experiência nas áreas de acompanhamento e análise de contratos e licitações.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	





NOME:	Gesmar José Vieira
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1977), graduação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1980) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002). Exerceu o cargo de Economista sênior da Celg Distribuição S.A. - CELG D, na função de Superintendente de Economia até o ano de 2011. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Geral da Economia e Regulação Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado de Goiás, Brasil, emprego, crescimento e setor energético. Atualmente é outro professor e Diretor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



- B. DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS:
- i. qualquer condenação criminal  
**INEXISTENTE**
  - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas  
**INEXISTENTE**
  - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer  
**INEXISTENTE**



**12.9.** Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor  
**INEXISTENTE**
  
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor  
**INEXISTENTE**
  
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor  
**INEXISTENTE**
  
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor  
**INEXISTENTE**



**12.10.** Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**INEXISTENTE**

- b. controlador direto ou indireto do emissor

Ana Carla Abrao Costa - Secretária de Estado da Fazenda de Goiás;

Simão Cirineu Dias - Representante do Governo de Goiás no Distrito Federal; e

José Taveira Rocha - Diretor-Presidente da Saneamentos de Goiás - Saneago.

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

**INEXISTENTE**

Item 13 do Formulário de Referência  
(Art. 12, Inciso II, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **22** à página **32**

### 13. Remuneração dos administradores

**13.1.** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos<sup>1</sup>:

#### COMENTÁRIOS

A remuneração destinada aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal é fixa, inexistindo parcela variável.

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

#### COMENTÁRIOS

Remuneração idêntica aos membros da Diretoria.

Remuneração igual aos componentes do Conselho de Administração.

Remuneração uniforme aos membros do Conselho Fiscal.

- b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

#### COMENTÁRIOS

A remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde ao valor total de R\$ 1.283.760,00 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, setecentos e sessenta reais).

A remuneração dos Conselheiros de Administração é equivalente a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores.

A importância atribuída aos Conselheiros Fiscais é similar à remuneração destinada aos Conselheiros de Administração, sendo de 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores.

- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

#### COMENTÁRIOS

Os membros da Diretoria recebem uma remuneração dividida em salário-base, gratificação de função, mais uma gratificação de gestão, representando, respectivamente, 55,42% (cinquenta e cinco inteiros e quatro e dois décimos por cento), 11,24% (onze inteiros e vinte e quatro décimos por cento) e 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três décimos por cento) da remuneração total.

A remuneração dos Conselheiros de Administração e dos Conselheiros Fiscais é representada por um único elemento, correspondente a 10% (dez por cento) sobre média da remuneração atribuída aos Diretores.

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

#### COMENTÁRIOS

A remuneração mensal terá os mesmos reajustes que, eventualmente, forem concedidos aos empregados, e à gratificação de função será atribuída o mesmo índice de correção aplicado à demais gratificações de função.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

#### COMENTÁRIOS

Pagamento não diferenciado aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

#### COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

#### COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

<sup>1</sup> As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.



- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

**COMENTÁRIOS**

INEXISTENTE

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

**COMENTÁRIOS**

Sim. Os membros da diretoria foram remunerados pela Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações; e pela Celg Distribuição S.A. - CELG D, na qual a Companhia Celg de Participações é detentora de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, observado o exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

**COMENTÁRIOS**

INEXISTENTE

**13.2.** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal<sup>2</sup>:

<b>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>TOTAL</b>
Número de membros	9	3	5	17
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	432.000,00	1.283.760,00	240.000,00	1.955.760,00
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	432.000,00	1.283.760,00	240.000,00	1.955.760,00

<sup>2</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.



EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	17
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	17
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	4	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	328.402,62	1.094.675,40	145.956,72	1.569.034,74
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	328.402,62	1.094.675,40	145.956,72	1.569.034,74

**13.3.** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>3</sup>:

**COMENTÁRIOS**

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

**13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

**COMENTÁRIOS**

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

**13.5.** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social<sup>4</sup>

Administradores ou Conselheiros Fiscais	Número de ações ordinárias detidas na CELGP
Conselheiros de Administração	<b>1</b>
Diretores	<b>0</b>
Conselheiros Fiscais	<b>101</b>

**13.6.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>5</sup>:

**COMENTÁRIOS**

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

**13.7.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>6</sup>:

**COMENTÁRIOS**

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

<sup>3</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

<sup>4</sup> Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

<sup>5</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

<sup>6</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

**13.8.** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**COMENTÁRIOS**

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

**13.9.** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

**COMENTÁRIOS**

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA



**13.10.** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

**COMENTÁRIOS**

INEXISTENTE

**13.11.** Indicação, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal<sup>7</sup>:

<b>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>TOTAL</b>
Número de membros	9	3	5	17
Maior remuneração individual (R\$)	3.455,53	34.554,75	3.455,53	41.465,81
Menor remuneração individual (R\$)	3.455,53	34.554,75	3.455,53	41.465,81
Remuneração Média individual (R\$)	3.455,53	34.554,75	3.455,53	41.465,81

<b>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>TOTAL</b>
Número de membros	9	3	5	17
Maior remuneração individual (R\$)	3.101,58	31.015,83	3.101,58	37.2018,99
Menor remuneração individual (R\$)	3.101,58	31.015,83	3.101,58	37.2018,99
Remuneração Média individual (R\$)	3.101,58	31.015,83	3.101,58	37.2018,99

<b>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>TOTAL</b>
Número de membros	9	3	4	16
Maior remuneração individual (R\$)	2.806,86	28.068,60	2.806,86	33.682,32
Menor remuneração individual (R\$)	2.806,86	28.068,60	2.806,86	33.682,32
Remuneração Média individual (R\$)	2.806,86	28.068,60	2.806,86	33.682,32

<sup>7</sup> Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

**13.12.** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

**COMENTÁRIOS**

INEXISTENTE

**13.13.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

**COMENTÁRIOS**

INEXISTENTE

**13.14.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

**COMENTÁRIOS**

INEXISTENTE

**13.15.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

**COMENTÁRIOS**

INEXISTENTE

**13.16.** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

**COMENTÁRIOS**

INEXISTENTE



ANEXO 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009  
(Art. 9º, § 1º, Inciso II, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **34** à página **37**

## DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício  
Inexistente.
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados  
Inexistente.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído  
Inexistente.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores  
Inexistente.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
  - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe  
Inexistente.
  - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio  
Inexistente.
  - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio  
Inexistente.
  - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento  
Inexistente.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores
  - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados  
Inexistente.
  - b. Informar a data dos respectivos pagamentos  
Inexistente.
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
  - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores  
Inexistente.
  - b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores  
Inexistente.
8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
  - a. Identificar o montante destinado à reserva legal  
Inexistente.
  - b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal  
Inexistente.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos  
Inexistente.
  - b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos  
Inexistente.
  - c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa  
Inexistente.
  - d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais  
Inexistente.
  - e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe  
Inexistente.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto  
Apurado o lucro líquido do exercício, dele far-se-á o destaque de 5% (cinco por cento) para a constituição ou aumento da reserva legal de que trata o Art. 193, da Lei nº 6.404/1976, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social (Art. 43, caput, Estatuto Social vigente). O lucro remanescente será assim distribuído: 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para pagamento de dividendos aos acionistas (Art. 45, inciso I, Estatuto Social vigente); e o saldo remanescente terá o destino que a Assembleia Geral determinar, consubstanciado em proposta da Diretoria, consultados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (Art. 45, inciso II, Estatuto Social vigente). Os dividendos atribuídos às ações serão colocados à disposição dos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias, contados da realização da Assembleia Geral responsável pela declaração dos dividendos (Art. 45, § 1º, Estatuto Social vigente). Quando a situação financeira não permitir o pagamento dos dividendos nos prazos previstos no parágrafo primeiro, Art. 45, Estatuto Social vigente, a Diretoria fixará novos prazos, comunicando-os aos interessados, depois de consultado o Conselho de Administração (Art. 45, § 2º, Estatuto Social vigente). Os dividendos previstos no Art. 45, do Estatuto Social vigente, não serão obrigatórios no exercício social em que a Diretoria, dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral ser o desembolso incompatível com a situação financeira da Sociedade, caso em que o Conselho Fiscal emitirá parecer sobre a informação (Art. 45, § 3º, Estatuto Social vigente). Os dividendos que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo terceiro, Art. 45, do Estatuto Social vigente, serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Sociedade permitir (Art. 45, § 4º, Estatuto Social vigente). Reverterão à Sociedade os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados do dia fixado para o pagamento (Art. 45, § 5º, Estatuto Social vigente).

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente  
Inexistente.
- c. Informar o montante eventualmente retido  
Inexistente.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção  
Inexistente.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos  
Inexistente.
- c. Justificar a retenção dos dividendos  
Inexistente.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva  
Inexistente.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa  
Inexistente.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável  
Inexistente.
- d. Justificar a constituição da reserva  
Inexistente.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar  
Inexistente.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva  
Inexistente.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva  
Inexistente.
- b. Identificar o montante destinado à reserva  
Inexistente.
- c. Descrever como o montante foi calculado  
Inexistente.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção  
Inexistente.
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital  
Inexistente.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva  
Inexistente.
- b. Explicar a natureza da destinação  
Inexistente.

Item 10 do Formulário de Referência  
(Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **39** à página **75**


**ANEXO 24**
*Conteúdo do Formulário de Referência*

<b>10. Comentários dos diretores</b>	
<b>10.1. Comentários dos diretores sobre:</b>	
<p style="text-align: center;"><b>a. condições financeiras e patrimoniais gerais</b></p> <p><b><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015</u></b></p> <p>Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, a liquidação financeira do processo de troca de controle acionário da Coligada Celg D com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, ocorrida em janeiro de 2015 e, por determinação da União, a inclusão desta Coligada no Programa Nacional de Desestatização – PND, ocorrido em maio de 2015.</p> <p>Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 16.234 mil, tendo apresentado resultado operacional negativo e resultado financeiro positivo ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos e investimentos em sociedades de propósitos específicos.</p> <p>Já em relação à Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D, o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar se deu pela captura do reflexo da equivalência patrimonial aplicada sobre prejuízo do exercício à razão de R\$ 499.713 mil.</p> <p><b><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014</u></b></p>	



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

A Diretoria da Companhia continuou, ao longo do exercício de 2014, promovendo ações estratégicas e financeiras, visando o equilíbrio econômico, financeiro e operacional, e a geração de fluxos de caixa, tanto sob a perspectiva de suas operações, quando da perspectiva das operações de sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, e de sua Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D. Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, a captação de recursos de longo prazo pela Companhia, na ordem de R\$ 1,9 bilhão, para a capitalização, saneamento de obrigações entre partes relacionadas e operação de mútuo com a sua Coligada Celg D, como parte das negociações efetuadas com a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras e Estado de Goiás, vinculadas ao processo de alienação de 51% das ações ordinárias desta Coligada.

Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um prejuízo líquido do exercício da ordem de R\$ 2.498 mil, tendo apresentado resultado operacional negativo e resultado financeiro positivo ao final do exercício social.

Já em relação à Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D, o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar se deu pela captura do prejuízo do exercício à razão de R\$ 569.539 mil.

Por fim, enumera-se que a Administração da Celgpar, com relação às concessões de Geração e Transmissão, permanece atuando no sentido de manter as condições de equilíbrio econômico-financeiro destas atividades, especificamente na realização de novos investimentos que garantam o crescimento da Receita Anual Permitida – RAP e Receita das Atividades de Geração - RAG. Observação semelhante se faz em relação à concessão de distribuição, onde a Administração da Celgpar, conjuntamente à Administração alocada na Coligada Celg D pela Eletrobras – sua atual Controladora, também acompanhou e monitora os desdobramentos relacionados à estrutura do setor elétrico, permanecendo no aguardo da prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica.

#### **EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013**

A Diretoria da Companhia, não obstante a apuração do lucro líquido do exercício de 2013, estabeleceu continuamente ações estratégicas e financeiras, visando o equilíbrio econômico, financeiro e operacional e a geração de fluxos de caixa, tanto sob a perspectiva de suas operações, quando da perspectiva das operações de sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, quando da perspectiva de sua subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D.

Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 13.422 mil, tendo apresentado resultado operacional negativo e resultado financeiro positivo ao final do exercício social.




**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:**
**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015**

Verifica-se que o endividamento da Coligada Celg D tornou a ter peso relevante em relação ao endividamento da Celgpar, representado especificamente pela rubrica de “Provisão para Desvalorização de Participação Societária” que, ao final do exercício social de 2015 totalizou R\$ 466.100 mil, determinada pela sua situação de Passivo a Descoberto. No exercício de 2015, os componentes não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.422.416 mil, e ao Empréstimo contraído em 2014 que foi capitalizado e injetado na Coligada Celg D, que totalizou R\$ 2.073.892 mil.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$3.990.584 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$3.347.557 mil (passivo a descoberto)

**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014**

Verifica-se que no contexto operacional da holding Celgpar, o endividamento da Coligada Celg D era o que representava o maior peso em relação ao endividamento total constante do balanço consolidado, representado especificamente pela rubrica de “Provisão para Desvalorização de Participação Societária” que, ao final do exercício social de 2013 totalizava R\$ 1.029.792 mil, determinada pela sua situação de Passivo a Descoberto. No exercício de 2014, observa-se a mutação na estrutura de capital consolidada da Celgpar, pelos seguintes motivos: a) reconfiguração da situação de passivo a descoberto da Coligada Celg D, mediante a sua capitalização pela Celgpar e, por sua vez, fechamento do exercício na situação de Patrimônio Líquido Positivo; e b) reestruturação de suas obrigações, mediante a captação de recursos de longo prazo junto a instituição financeira, capitalizados e injetados na Celg D, com três anos de carência e prazo de amortização em 10 anos gerando, portanto, a permutação de um montante considerável de suas obrigações do Passivo Circulante para o Passivo Não Circulante.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$3.392.161 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$2.727.272 mil (passivo a descoberto)

**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013**

Verifica-se que no contexto operacional da holding Celgpar, o endividamento da Subsidiária Celg D é o que representa o maior peso em relação ao endividamento total constante do balanço consolidado, representado especificamente pela rubrica de “Provisão para Desvalorização de Participação Societária” que, ao final do exercício social de 2013 totalizava R\$ 1.029.792 mil, determinada pela sua situação de Passivo a Descoberto.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$2.560.122 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$2.107.789 mil (passivo a descoberto)

**hipóteses de resgate**

Não aplicável aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2015, 31.12.2014 e 31.12.2013.



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 2.085.265 mil, sendo R\$ 3.341 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 2.081.624 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 7.15% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2014.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2015, totalizou R\$ 2.563.925 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de R\$ 7.790 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 329,13 vezes (em valores absolutos), posição não confortável em relação à capacidade de pagamento. Apesar disto, observa-se que o principal item desta dívida diz respeito ao empréstimo de longo prazo, captado em 2014 sob condições de três anos de carência e prazo de amortização em 10 anos, com garantia da União e contra garantia do Estado de Goiás.

No que concerne aos itens de dívida junto a Instituições Financeiras, o saldo consolidado totalizou R\$ 2.085.265 mil e a relação Dívida junto a Instituições Financeiras/EBTIDA foi de aproximadamente 267,68 vezes (em valores absolutos), posição esta não confortável em relação à capacidade de pagamento, porém vinculada, em sua maioria, ao empréstimo de longo prazo.

**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014**



Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 1.946.047 mil, sendo R\$ 3.324 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 1.942.723 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 11.126,76% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2013, principalmente pelo fato de ter ocorrido a captação, pela Celgpar, do montante de R\$ 1.900.000 mil em setembro de 2014, fruto das negociações da troca de controle acionário da sua Coligada Celg D.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2014, totalizou R\$ 1.966.584 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de R\$ 2.568 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 765,80 vezes (em valores absolutos), posição não confortável em relação à capacidade de pagamento. Apesar disto, observa-se que o principal item desta dívida diz respeito ao empréstimo de longo prazo, captado sob condições de três anos de carência e prazo de amortização em 10 anos, com garantia da União e contra garantia do Estado de Goiás.

No que concerne aos itens de dívida junto a Instituições Financeiras, o saldo consolidado totalizou R\$ 1.946.047 mil e a relação Dívida junto a Instituições Financeiras/EBTIDA foi de aproximadamente 757,81 vezes (em valores absolutos), posição esta não confortável em relação à capacidade de pagamento, porém vinculada, em sua maioria, ao empréstimo de longo prazo.

### **EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013**

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 17.334 mil, sendo R\$ 3.504 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 13.830 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 7,56% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2012.

A Dívida Líquida (excluindo-se instituições financeiras, obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2013, montou em R\$ 1.173.764 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de -R\$ 2.909 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 403,49 vezes (em valores absolutos), posição não confortável em relação à capacidade de pagamento. Apesar disto, observa-se que o principal item desta dívida diz respeito ao reflexo do passivo a descoberto da Subsidiária Celg D no passivo consolidado da Celgpar, no valor de R\$ 1.029.792 mil, obrigações estas que seriam exigíveis na hipótese de descontinuidade da Subsidiária.

No que concerne aos itens de dívida junto a Instituições Financeiras, o saldo consolidado totalizou R\$ 17.334 mil e a relação Dívida junto a Instituições Financeiras/EBTIDA foi de aproximadamente 5,96 vezes (em valores absolutos), posição esta relativamente confortável em relação à capacidade de pagamento.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e**

### **EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2015, 2014 E 2013**

As principais fontes de financiamento para capital de giro, refletidos nos números consolidados do exercício de 2015, concentraram-se em gerações de caixa das atividades operacionais, mediante o recebimento de Clientes da Controlada Celg GT e das atividades de investimento, especificamente no tocante ao recebimento da Indenização do Ativo Financeiro da Transmissão pela Controlada Celg GT, no tocante a ingressos por Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, bem como no ingresso dos recursos da liquidação financeira da troca de controle acionário da Coligada Celg D para a Eletrobras.

#### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015, 2014 E 2013**

A Companhia captará recursos por meio de contratos financeiros com instituições de grande e médio porte, quando necessário, os quais serão empregados no financiamento das necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para o desempenho de suas atividades. Do ponto de vista operacional a Companhia buscará estratégias para cobertura de deficiências de liquidez mediante o fluxo futuro de dividendos de suas Controlada e Coligada, bem como através de possível instrumentalização de Contrato de AFAC remunerado com a sua Coligada Celg GT, ainda em processo de avaliação no 1º semestre de 2016.

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:**  
**i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**


**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015**

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

PASSIVO	CONSOLIDADO			
	31/12/2015	AV%	AH%	31/12/2014
	RECLASSIFICADO			
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	1.717	0,04%	396,24%	346
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.087	0,03%	52,88%	711
Tributos e Contribuições Sociais	2.177	0,05%	-17,97%	2.654
Empréstimos e Financiamentos	3.341	0,08%	0,51%	3.324
Obrigações Estimadas	2.277	0,06%	59,45%	1.428
Encargos Setoriais	4.973	0,12%	158,47%	1.924
<b>Provisão para Desvalorização de Participação Societária</b>	<b>466.100</b>	<b>11,68%</b>	<b>100,00%</b>	-
Outros Credores	2.345	0,06%	-76,77%	10.095
	<b>484.017</b>	<b>12,13%</b>	<b>2263,13%</b>	<b>20.482</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital</b>	<b>1.422.416</b>	<b>35,64%</b>	<b>0,03%</b>	<b>1.421.946</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos (a)</b>	<b>2.081.924</b>	<b>52,17%</b>	<b>7,17%</b>	<b>1.942.723</b>
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	485	0,01%	100,00%	-
Provisões para Contingências	1.481	0,04%	-17,03%	1.785
Outros Credores	261	0,01%	-95,00%	5.225
	<b>3.506.567</b>	<b>87,87%</b>	<b>4,00%</b>	<b>3.371.679</b>
	<b>3.990.584</b>	<b>100,00%</b>	<b>17,64%</b>	<b>3.392.161</b>

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Coligada Celg D.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere aos Empréstimos e Financiamentos e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.422.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Coligada Celg D.

i.	contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, no valor de R\$1,9 bilhão, carência de 3 anos e amortização em 10 anos, corrigidos à razão de 6,5% a.a. Estes recursos, conforme plano de usos contratual foi utilizado na capitalização da Coligada Celg D.
ii.	outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
iii.	grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
iv.	eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	O Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, descrito no item "i" acima apresenta garantia da União e contragarantia do Estado de Goiás, com cláusulas específicas que restringem a alienação, por parte do emissor, de ativos, de controle societário e qualquer reestruturação societária, sem a prévia anuência da Caixa Econômica Federal e da própria União. Os contratos de garantia e contragarantia também possuem cláusulas que vinculam a distribuição de dividendos por parte do emissor, de sua Controlada e de sua Coligada, ao respectivo pagamento, em primeiro momento, do montante contraído no empréstimo.


**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014**

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2014	AV%	AH%	31/12/2013
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	346	0,01%	-76,38%	1.465
Folha de Pagamento	1.939	0,06%	16,39%	1.666
Tributos e Contribuições Sociais	5.286	0,16%	9,31%	4.836
Empréstimos e Financiamentos	3.324	0,10%	-5,14%	3.504
Obrigações Estimadas	1.846	0,05%	12,42%	1.642
Taxas Regulamentares	1.924	0,06%	24,21%	1.549
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	-	0,00%	-100,00%	1.029.792
Transações com Partes Relacionadas	21	0,00%	-99,96%	47.525
Outros	8.846	0,26%	354,34%	1.947
	<b>23.532</b>	<b>0,69%</b>	<b>-97,85%</b>	<b>1.093.926</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.421.946	41,92%	2,73%	1.384.111
Empréstimos e Financiamentos	1.942.723	57,27%	13947,17%	13.830
Tributos e Contribuições Sociais	-	0,00%	-100,00%	2.134
Transações com Partes Relacionadas	-	0,00%	-100,00%	61.555
Provisões para Contingências	1.785	0,05%	195,04%	605
Outros	2.175	0,06%	-45,09%	3.961
	<b>3.368.629</b>	<b>99,31%</b>	<b>129,75%</b>	<b>1.466.196</b>
	<b>3.392.161</b>	<b>100,00%</b>	<b>32,50%</b>	<b>2.560.122</b>

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere aos Empréstimos e Financiamentos e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.421.946 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- e) R\$16.115 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$2.115 mil ocorreram no exercício social de 2014, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- f) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- g) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- h) R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Coligada Celg D.

v.	contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, no valor de R\$1,9 bilhão, carência de 3 anos e amortização em 10 anos, corrigidos à razão de 6,5% a.a. Estes recursos, conforme plano de usos contratual foi utilizado na capitalização da Coligada Celg D.
vi.	outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
vii.	grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
viii.	eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	O Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, descrito no item "i" acima apresenta garantia da União e contragarantia do Estado de Goiás, com cláusulas específicas que restringem a alienação, por parte do emissor, de ativos, de controle societário e qualquer reestruturação societária, sem a prévia anuência da Caixa Econômica Federal e da própria União. Os contratos de garantia e contragarantia também possuem cláusulas que vinculam a distribuição de dividendos por parte do emissor, de sua Controlada e de sua Coligada, ao respectivo pagamento, em primeiro momento, do montante contraído no empréstimo.


**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013**

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2013	AV%	AH%	31/12/2012
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	1.465	0,06%	219,87%	44
Folha de Pagamento	1.666	0,07%	30,16%	1.28
Tributos e Contribuições Sociais	4.836	0,19%	166,01%	1.87
Empréstimos e Financiamentos	3.504	0,14%	320,65%	83
Obrigações Estimadas	1.642	0,06%	9,39%	1.50
Taxas Regulamentares	1.549	0,06%	-29,97%	2.27
<b>Provisão para Desvalorização de Participação Societária</b>	<b>1.029.792</b>	<b>40,22%</b>	<b>-0,06%</b>	<b>1.030.45</b>
Transações com Partes Relacionadas	47.525	1,86%	20,73%	39.36
Outros	1.947	0,08%	-0,26%	1.95
	<b>1.093.926</b>	<b>42,73%</b>	<b>1,30%</b>	<b>1.079.87</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.384.111	54,06%	0,00%	1.384.11
Empréstimos e Financiamentos	13.830	0,54%	-9,50%	15.28
Tributos e Contribuições Sociais	2.134	0,08%	100,00%	
Transações com Partes Relacionadas	61.555	2,40%	14,15%	53.92
Provisões para Contingências	605	0,02%	2,20%	59
Outros	3.961	0,15%	-23,24%	5.16
	<b>1.466.196</b>	<b>57,27%</b>	<b>0,49%</b>	<b>1.459.07</b>
	<b>2.560.122</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,83%</b>	<b>2.538.94</b>

Verifica-se que a maior concentração do endividamento consolidado, no que tange às obrigações circulantes, se refere à Provisão para Desvalorização de Participação Societária na Subsidiária Celg D, no valor de R\$ 1.029.792 mil, estabelecida pela sua situação de Passivo a Descoberto.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.384.111 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- R\$14.000 mil, efetuados no intuito de ofertar a continuidade operacional da Controladora;
- R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Subsidiária Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Subsidiária Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras.

**OBSERVAÇÃO QUANTO AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013, no tocante aos subitens “i” a “iv” deste item:** a maior concentração das dívidas consolidadas da Celgpar, neste exercício social, se referia à provisão para desvalorização da participação societária na Celg D, dada à sua condição, neste exercício, de situação de passivo a descoberto.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**
**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015**

Os financiamentos contratados já foram totalmente desembolsados nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2015, 31.12.2014 e 31.12.2013.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**



## EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

### COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

#### Principais Alterações nas Contas de Resultado:

	CONTROLADORA								
	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(2.026)	17,93%	0,33%	(1.718)	31,75%	0,28%	(1.304)	100,00%	-9,09%
Receitas Financeiras	7.657	371,20%	-1,24%	1.625	11507,14%	-0,27%	14	100,00%	-0,098%
Despesas Financeiras	(142.033)	116,99%	22,98%	(65.457)	272637,50%	10,68%	(24)	100,00%	-0,167%
Resultado Financeiro	<b>(134.376)</b>	110,52%	21,74%	<b>(63.832)</b>	638220,00%	10,41%	<b>(10)</b>	100,00%	-0,070%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	16.234	-749,88%	-2,63%	(2.498)	-118,61%	0,41%	13.422	100,00%	93,53%
RESULTADO OPERACIONAL	<b>(120.168)</b>	76,59%	19,44%	<b>(68.048)</b>	-662,01%	11,10%	<b>12.108</b>	100,00%	84,38%
OUTRAS RECEITAS	1.720	-93,00%	-0,28%	24.564	929,94%	-4,01%	2.385	100,00%	16,62%
OUTRAS DESPESAS	(499.716)	-12,26%	80,84%	(569.539)	100,00%	92,90%	-	100,00%	0,00%
OUTROS RESULTADOS	<b>(497.996)</b>	-8,62%	80,56%	<b>(544.975)</b>	-22950,10%	88,90%	<b>2.385</b>	100,00%	16,62%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	<b>(618.164)</b>	0,84%	100,00%	<b>(613.023)</b>	-4329,79%	100,00%	<b>14.493</b>	100,00%	101,00%
Imposto de Renda	-	-100,00%	0,00%	(20)	-80,00%	0,00%	(100)	100,00%	-0,697%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	-	-100,00%	0,00%	(9)	-79,07%	0,00%	(43)	100,00%	-0,300%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<b>(618.164)</b>	0,83%	100,00%	<b>(613.052)</b>	-4372,14%	100,00%	<b>14.350</b>	100,00%	100,00%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	<b>(18,86)</b>	0,83%		<b>(18,71)</b>	-4372,14%		<b>0,44</b>	100,00%	

	CONSOLIDADO								
	2014	AH%	AV%	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%
	<u>RECLASSIFICACO</u>								
Receita Operacional	68.802	15,81%	-	59.408	-4,01%	-	61.892	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(18.273)	113,37%	-	(8.564)	27,01%	-	(6.743)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<b>50.529</b>	-0,62%	100,00%	<b>50.844</b>	-7,81%	100,00%	<b>55.149</b>	100,00%	100,00%
(-)Custos	(39.407)	-1,85%	-77,99%	(40.148)	-17,47%	-78,96%	(48.646)	100,00%	-88,21%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<b>11.122</b>	3,98%	22,01%	<b>10.696</b>	64,48%	21,04%	<b>6.503</b>	100,00%	11,79%
(-)Despesas Operacionais	(22.199)	27,30%	-43,93%	(17.438)	35,29%	-34,30%	(12.889)	100,00%	-23,37%
Receitas Financeiras	35.940	105,71%	71,13%	17.471	3,34%	34,36%	16.907	100,00%	30,66%
Despesas Financeiras	(143.807)	83,68%	-284,60%	(78.293)	332,87%	-153,99%	(18.087)	100,00%	-32,80%
Resultado Financeiro	<b>(107.867)</b>	77,35%	-213,48%	<b>(60.822)</b>	5054,41%	-119,62%	<b>(1.180)</b>	100,00%	-2,14%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	45	-96,62%	0,09%	1.331	-66,84%	2,62%	4.014	100,00%	7,28%
RESULTADO OPERACIONAL	<b>(118.899)</b>	79,52%	-235,31%	<b>(66.233)</b>	1764,67%	-130,27%	<b>(3.552)</b>	100,00%	-6,44%
OUTRAS RECEITAS	1.861	-92,66%	3,68%	25.345	-7,49%	49,85%	27.398	100,00%	49,68%
OUTRAS DESPESAS	(499.713)	-12,26%	-988,96%	(569.539)	100,00%	-1120,17%	-	100,00%	0,00%
OUTROS RESULTADOS	<b>(497.852)</b>	-8,52%	-985,28%	<b>(544.194)</b>	2086,25%	-1070,32%	<b>27.398</b>	100,00%	49,68%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA	<b>(616.751)</b>	1,04%	-1220,59%	<b>(610.427)</b>	2659,87%	-1200,59%	<b>23.846</b>	100,00%	43,24%
Imposto de Renda	(1.034)	-46,31%	-2,05%	(1.926)	-72,38%	-3,79%	(6.974)	100,00%	-12,65%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(379)	-45,78%	-0,75%	(699)	-72,28%	-1,37%	(2.522)	100,00%	-4,57%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<b>(618.164)</b>	0,83%	-1223,38%	<b>(613.052)</b>	4372,14%	-1205,75%	<b>14.350</b>	100,00%	26,02%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	<b>(18,86)</b>	0,83%		<b>(18,71)</b>	4372,14%		<b>0,44</b>	100,00%	
EBITDA	<b>(7.790)</b>	137,79%		<b>(3.276)</b>	12,62%		<b>(2.909)</b>	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento na receita operacional, recomposição da RAP da Concessão de Transmissão;
- Aumento do lucro operacional bruto;
- Aumento das despesas operacionais;
- Aumento do resultado financeiro negativo;
- Diminuição outras despesas, caracterizadas pelo reflexo da provisão para desvalorização do investimento na Coligada Celg D, estabelecido pela adoção do método da equivalência patrimonial como critério de avaliação deste investimento.




**Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:**

	CONTROLADORA								
	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%
<b>ATIVO</b>									
Circulante	1.708	-97,13%	0,28%	59.554	228953,85%	9,45%	26	100,00%	0,01%
Não Circulante	615.469	7,89%	99,72%	570.446	80,90%	90,55%	315.342	100,00%	99,99%
Realizável a Longo Prazo	229.898	3,39%	37,25%	222.355	100,00%	35,29%	-	0,00%	0,00%
Investimentos	385.565	10,77%	62,47%	348.080	10,39%	55,25%	315.328	100,00%	99,99%
Imobilizado	6	-45,45%	0,001%	11	-21,43%	0,00%	14	100,00%	0,0044%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>617.177</b>	<b>-2,04%</b>	<b>100,00%</b>	<b>630.000</b>	<b>99,77%</b>	<b>100,00%</b>	<b>315.368</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**PASSIVO**

Circulante	467.941	26700,74%	75,82%	1.746	-99,83%	0,28%	1.032.413	100,00%	327,37%
Não Circulante	3.496.793	4,21%	566,58%	3.355.526	141,80%	532,62%	1.387.744	100,00%	440,04%
Patrimônio Líquido	(3.347.557)	22,74%	-542,40%	(2.727.272)	29,57%	-432,90%	(2.104.789)	100,00%	-667,41%
Capital Realizado	973.764	0,00%	157,78%	973.764	0,00%	154,57%	973.764	100,00%	308,77%
Prejuízos Acumulados	(4.309.769)	16,75%	-698,30%	(3.691.605)	19,91%	-585,97%	(3.078.553)	100,00%	-976,18%
Outros Resultados Abrangentes	(11.552)	22,49%	-1,87%	(9.431)	100,00%	-1,50%	-	100,00%	0,00%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>617.177</b>	<b>-2,04%</b>	<b>100,00%</b>	<b>630.000</b>	<b>99,77%</b>	<b>100,00%</b>	<b>315.368</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**CONSOLIDADO**

	RECLASSIFICACAO								
	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%
<b>ATIVO</b>									
Circulante	205.376	-8,17%	31,94%	223.641	50,24%	33,64%	148.859	100,00%	32,69%
Não Circulante	437.651	-0,82%	68,06%	441.248	43,98%	66,36%	306.474	100,00%	67,31%
Realizável a Longo Prazo	301.936	-0,29%	46,96%	302.823	41,94%	45,54%	213.346	100,00%	46,85%
Investimentos	103.939	-0,78%	16,16%	104.752	75,24%	15,75%	59.775	100,00%	13,13%
Imobilizado	30.744	-6,60%	4,78%	32.917	0,87%	4,95%	32.633	100,00%	7,17%
Intangível	1.032	36,51%	0,16%	756	5,00%	0,11%	720	100,00%	0,16%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>643.027</b>	<b>-3,29%</b>	<b>100,00%</b>	<b>664.889</b>	<b>46,02%</b>	<b>100,00%</b>	<b>455.333</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**PASSIVO**

Circulante	484.017	2263,13%	75,27%	20.482	-98,13%	3,08%	1.093.926	100,00%	240,25%
Não Circulante	3.506.567	4,00%	545,32%	3.371.679	129,96%	507,10%	1.466.196	100,00%	322,01%
Patrimônio Líquido	(3.347.557)	22,74%	-520,59%	(2.727.272)	29,57%	-410,18%	(2.104.789)	100,00%	-462,25%
Capital Realizado	973.764	0,00%	151,43%	973.764	0,00%	146,46%	973.764	100,00%	213,86%
Prejuízos acumulados	(4.309.769)	16,75%	-670,23%	(3.691.605)	19,91%	-555,22%	(3.078.553)	100,00%	-676,11%
Outros Resultados Abrangentes	(11.552)	22,49%	-1,80%	(9.431)	100,00%	-1,42%	-	100,00%	0,00%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>643.027</b>	<b>-3,29%</b>	<b>100,00%</b>	<b>664.889</b>	<b>46,02%</b>	<b>100,00%</b>	<b>455.333</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>


**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014**
**COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**
**Principais Alterações nas Contas de Resultado:**

	CONTROLADORA								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(1.718)	31,75%	0,28%	(1.304)	-14,10%	-9,09%	(1.518)	100,00%	0,19%
Receitas Financeiras	1.625	11507,14%	-0,27%	14	75,00%	0,10%	8	100,00%	0,001%
Despesas Financeiras	(65.457)	272637,50%	10,68%	(24)	41,18%	-0,17%	(17)	100,00%	0,002%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(63.832)</b>	638220,00%	10,41%	<b>(10)</b>	11,11%	-0,07%	<b>(9)</b>	100,00%	0,001%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.498)	-118,61%	0,41%	13.422	2167,23%	93,53%	592	100,00%	0,07%
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(68.048)</b>	-662,01%	11,10%	<b>12.108</b>	1194,97%	84,38%	<b>(935)</b>	100,00%	0,12%
OUTRAS RECEITAS	24.564	929,94%	-4,01%	2.385	38,66%	16,62%	1.720	100,00%	-0,22%
OUTRAS DESPESAS	(569.539)	100,00%	92,90%	-	-100,00%	0,00%	(798.060)	100,00%	100,09%
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>(544.975)</b>	-22950,10%	88,90%	<b>2.385</b>	100,30%	16,62%	<b>(796.340)</b>	100,00%	99,88%
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA</b>	<b>(613.023)</b>	-4329,79%	100,00%	<b>14.493</b>	101,82%	101,00%	<b>(797.275)</b>	100,00%	99,99%
Imposto de Renda	(20)	-80,00%	0,00%	(100)	222,58%	-0,70%	(31)	100,00%	0,004%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(9)	-79,07%	0,00%	(43)	138,89%	-0,30%	(18)	100,00%	0,002%
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(613.052)</b>	-4372,14%	100,00%	<b>14.350</b>	101,80%	100,00%	<b>(797.324)</b>	100,00%	100,00%
<b>PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00</b>	<b>(18,71)</b>			<b>0,44</b>			<b>(24,33)</b>		

	CONSOLIDADO								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
Receita Operacional	60.268	-2,62%	-	61.892	-17,44%	-	74.964	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(8.185)	21,39%	-	(6.743)	-57,33%	-	(15.804)	100,00%	-
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>52.083</b>	-5,56%	100,00%	<b>55.149</b>	-6,78%	100,00%	<b>59.160</b>	100,00%	100,00%
(-)Custos	(40.606)	-16,53%	-77,96%	(48.646)	16,40%	-88,21%	(41.792)	100,00%	-70,64%
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>11.477</b>	76,49%	22,04%	<b>6.503</b>	-62,56%	11,79%	<b>17.368</b>	100,00%	29,36%
(-)Despesas Operacionais	(17.511)	35,86%	-33,62%	(12.889)	17,51%	-23,37%	(10.968)	100,00%	-18,54%
Receitas Financeiras	17.486	3,42%	33,57%	16.907	415,30%	30,66%	3.281	100,00%	5,55%
Despesas Financeiras	(78.249)	332,63%	-150,24%	(18.087)	16,23%	-32,80%	(15.562)	100,00%	-26,30%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(60.763)</b>	5049,41%	-116,67%	<b>(1.180)</b>	-90,39%	-2,14%	<b>(12.281)</b>	100,00%	-20,76%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	1.345	-66,49%	2,58%	4.014	-20,62%	7,28%	5.057	100,00%	8,55%
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(65.452)</b>	1742,68%	-125,67%	<b>(3.552)</b>	331,07%	-6,44%	<b>(824)</b>	100,00%	-1,39%
OUTRAS RECEITAS	24.564	-10,34%	47,16%	27.398	1492,91%	49,68%	1.720	100,00%	2,91%
OUTRAS DESPESAS	(569.539)	100,00%	-1093,52%	-	-100,00%	0,00%	(798.060)	100,00%	-1348,99%
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>(544.975)</b>	-2089,11%	-1046,36%	<b>27.398</b>	103,44%	49,68%	<b>(796.340)</b>	100,00%	-1346,08%
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA</b>	<b>(610.427)</b>	-2659,87%	-1172,03%	<b>23.846</b>	102,99%	43,24%	<b>(797.164)</b>	100,00%	-1347,47%
Imposto de Renda	(1.926)	-72,38%	-3,70%	(6.974)	6240,00%	-12,65%	(110)	100,00%	-0,19%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(699)	-72,28%	-1,34%	(2.522)	4944,00%	-4,57%	(50)	100,00%	-0,08%
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(613.052)</b>	-4372,14%	-1177,07%	<b>14.350</b>	101,80%	26,02%	<b>(797.324)</b>	100,00%	-1347,74%
<b>LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00</b>	<b>(18,71)</b>	-4372,14%		<b>0,44</b>	101,80%		<b>(24,33)</b>	100,00%	
<b>EBITDA / LAJIDA</b>	<b>(2.568)</b>	-11,72%		<b>(2.909)</b>	-112,46%		<b>23.338</b>	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento do lucro operacional bruto;
- Aumento das despesas operacionais;
- Aumento do resultado financeiro negativo;
- Aumento de outras despesas, caracterizadas pelo reflexo da provisão para desvalorização do investimento na Coligada Celg D, estabelecido pela adoção do método da equivalência patrimonial como critério de avaliação deste investimento.

**Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:**



# CVM Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

## CONTROLADORA

	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
<b>ATIVO</b>									
Circulante	59.554	228953,85%	9,45%	26	-98,13%	0,01%	1.388	100,00%	0,46%
Não Circulante	570.446	80,90%	90,55%	315.342	4,45%	99,99%	301.921	100,00%	99,54%
Realizável a Longo Prazo	222.355	100,00%	35,29%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos	348.080	10,39%	55,25%	315.328	4,45%	99,99%	301.905	100,00%	99,54%
Imobilizado	11	-21,43%	0,002%	14	-12,50%	0,00%	16	100,00%	0,0053%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>630.000</b>	<b>99,77%</b>	<b>100,00%</b>	<b>315.368</b>	<b>3,98%</b>	<b>100,00%</b>	<b>303.309</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## PASSIVO

Circulante	1.746	-99,83%	0,28%	1.032.413	-0,05%	327,37%	1.032.974	100,00%	340,57%
Não Circulante	3.355.526	141,80%	532,62%	1.387.744	-0,12%	440,04%	1.389.474	100,00%	458,11%
Patrimônio Líquido	(2.727.272)	29,57%	-432,90%	(2.104.789)	-0,68%	-667,41%	(2.119.139)	100,00%	-698,67%
Capital Realizado	973.764	0,00%	154,57%	973.764	0,00%	308,77%	973.764	100,00%	321,05%
Prejuízos Acumulados	(3.691.605)	19,91%	-585,97%	(3.078.553)	-0,46%	-976,18%	(3.092.903)	100,00%	-1019,72%
Outros Resultados Abrangentes	(9.431)	100,00%	-1,50%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>630.000</b>	<b>99,77%</b>	<b>100,00%</b>	<b>315.368</b>	<b>3,98%</b>	<b>100,00%</b>	<b>303.309</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## CONSOLIDADO

	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
<b>ATIVO</b>									
Circulante	225.512	51,49%	33,92%	148.859	34,57%	32,69%	110.620	100,00%	26,35%
Não Circulante	439.377	43,37%	66,08%	306.474	-0,88%	67,31%	309.188	100,00%	73,65%
Realizável a Longo Prazo	300.952	41,06%	45,26%	213.346	-2,52%	46,85%	218.867	100,00%	52,14%
Investimentos	104.752	75,24%	15,75%	59.775	10,55%	13,13%	54.069	100,00%	12,88%
Imobilizado	32.917	0,87%	4,95%	32.633	-8,44%	7,17%	35.642	100,00%	8,49%
Intangível	756	5,00%	0,11%	720	18,03%	0,16%	610	100,00%	0,15%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>664.889</b>	<b>46,02%</b>	<b>100,00%</b>	<b>455.333</b>	<b>8,46%</b>	<b>100,00%</b>	<b>419.808</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## PASSIVO

Circulante	23.532	-97,85%	3,54%	1.093.926	1,30%	240,25%	1.079.877	100,00%	257,23%
Não Circulante	3.368.629	129,75%	506,65%	1.466.196	0,49%	322,01%	1.459.070	100,00%	347,56%
Patrimônio Líquido	(2.727.272)	29,57%	-410,18%	(2.104.789)	-0,68%	-462,25%	(2.119.139)	100,00%	-504,79%
Capital Realizado	973.764	0,00%	146,46%	973.764	0,00%	213,86%	973.764	100,00%	231,95%
Prejuízos acumulados	(3.691.605)	19,91%	-555,22%	(3.078.553)	-0,46%	-676,11%	(3.092.903)	100,00%	-736,74%
Outros Resultados Abrangentes	(9.431)	100,00%	-1,42%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>664.889</b>	<b>46,02%</b>	<b>100,00%</b>	<b>455.333</b>	<b>8,46%</b>	<b>100,00%</b>	<b>419.808</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>


**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013**
**COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012.**
**Principais Alterações nas Contas de Resultado:**

	CONTROLADORA								
	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%	2011	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(1.304)	-14,10%	-9,09%	(1.518)	19,34%	0,19%	(1.272)	100,00%	0,19%
Receitas Financeiras	14	75,00%	0,10%	8	-38,46%	0,00%	13	100,00%	0,00%
Despesas Financeiras	(24)	41,18%	-0,17%	(17)	-97,12%	0,00%	(590)	100,00%	0,09%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(10)</b>	<b>11,11%</b>	<b>-0,07%</b>	<b>(9)</b>	<b>-98,44%</b>	<b>0,00%</b>	<b>(577)</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,09%</b>
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	13.422	2167,23%	93,53%	592	136,80%	-0,07%	250	100,00%	0,04%
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>12.108</b>	<b>1394,97%</b>	<b>84,38%</b>	<b>(935)</b>	<b>-41,53%</b>	<b>0,12%</b>	<b>(1.599)</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,24%</b>
OUTRAS RECEITAS	2.385	38,66%	16,62%	1.720	100,00%	-0,22%	-	100,00%	0,00%
OUTRAS DESPESAS	-	-100,00%	0,00%	(798.060)	20,79%	100,09%	(660.687)	100,00%	99,76%
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>2.385</b>	<b>100,30%</b>	<b>16,62%</b>	<b>(796.340)</b>	<b>20,53%</b>	<b>99,88%</b>	<b>(660.687)</b>	<b>100,00%</b>	<b>99,76%</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA</b>	<b>14.493</b>	<b>101,82%</b>	<b>101,00%</b>	<b>(797.275)</b>	<b>20,38%</b>	<b>99,99%</b>	<b>(662.286)</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Imposto de Renda	(100)	222,58%	-0,70%	(31)	100,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(43)	138,89%	-0,30%	(18)	100,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>14.350</b>	<b>101,80%</b>	<b>100,00%</b>	<b>(797.324)</b>	<b>20,39%</b>	<b>100,00%</b>	<b>(662.286)</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00</b>	<b>0,44</b>			<b>(24,33)</b>			<b>(20,21)</b>		

	CONSOLIDADO								
	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%	2011	AH%	AV%
Receita Operacional	61.892	-17,44%	-	74.964	-9,58%	-	82.908	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(6.743)	-57,33%	-	(15.804)	-11,96%	-	(17.950)	100,00%	-
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>55.149</b>	<b>-6,78%</b>	<b>100,00%</b>	<b>59.160</b>	<b>-8,93%</b>	<b>100,00%</b>	<b>64.958</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
(-)Custos	(48.646)	16,40%	88,21%	(41.792)	0,81%	-70,64%	(41.456)	100,00%	-63,82%
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>6.503</b>	<b>-62,56%</b>	<b>11,79%</b>	<b>17.368</b>	<b>-26,10%</b>	<b>29,36%</b>	<b>23.502</b>	<b>100,00%</b>	<b>36,18%</b>
(-)Despesas Operacionais	(12.889)	17,51%	-23,37%	(10.968)	7,47%	-18,54%	(10.206)	100,00%	-15,71%
Receitas Financeiras	16.907	415,30%	30,66%	3.281	-14,71%	5,55%	3.847	100,00%	5,92%
Despesas Financeiras	(18.087)	16,23%	-32,80%	(15.562)	-15,24%	-26,30%	(18.359)	100,00%	-28,26%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.180)</b>	<b>-90,39%</b>	<b>-2,14%</b>	<b>(12.281)</b>	<b>-15,37%</b>	<b>-20,76%</b>	<b>(14.512)</b>	<b>100,00%</b>	<b>-22,34%</b>
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	4.014	-20,62%	7,28%	5.057	100,00%	8,55%	-	100,00%	0,00%
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(3.552)</b>	<b>331,07%</b>	<b>-6,44%</b>	<b>(824)</b>	<b>-32,24%</b>	<b>-1,39%</b>	<b>(1.216)</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,87%</b>
OUTRAS RECEITAS	27.398	1492,91%	49,68%	1.720	100,00%	2,91%	-	100,00%	0,00%
OUTRAS DESPESAS	-	-100,00%	0,00%	(798.060)	20,79%	-1348,99%	(660.687)	100,00%	-1017,10%
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>27.398</b>	<b>-103,44%</b>	<b>49,68%</b>	<b>(796.340)</b>	<b>20,53%</b>	<b>-1346,08%</b>	<b>(660.687)</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1017,10%</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA</b>	<b>23.846</b>	<b>-102,99%</b>	<b>43,24%</b>	<b>(797.164)</b>	<b>20,44%</b>	<b>-1347,47%</b>	<b>(661.903)</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1018,97%</b>
Imposto de Renda	(6.974)	6240,00%	-12,65%	(110)	-23,61%	-0,19%	(144)	100,00%	-0,22%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(2.522)	4944,00%	-4,57%	(50)	-79,08%	-0,08%	(239)	100,00%	-0,37%
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>14.350</b>	<b>101,80%</b>	<b>26,02%</b>	<b>(797.324)</b>	<b>20,39%</b>	<b>-1348%</b>	<b>(662.286)</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1019,56%</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00</b>	<b>0,44</b>	<b>101,80%</b>		<b>(24,33)</b>	<b>20,39%</b>		<b>(20,21)</b>	<b>100,00%</b>	
<b>EBITDA / LAJIDA</b>	<b>(2.909)</b>	<b>-112,46%</b>		<b>23.338</b>	<b>-29,97%</b>		<b>33.327</b>	<b>100,00%</b>	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Diminuição do lucro operacional bruto;
- Aumento das Despesas Operacionais;
- Diminuição do resultado financeiro negativo;
- Diminuição de Outras Despesas, caracterizadas pelo reflexo da provisão para desvalorização do investimento na Subsidiária Celg D, estabelecido pela adoção do método da equivalência patrimonial como critério de avaliação deste investimento.

**Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:**



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

	CONTROLADORA								
	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%	2011	AH%	AV%
<b>ATIVO</b>									
Circulante	26	-98,13%	0,01%	1.388	93,58%	0,46%	717	100,00%	0,18%
Não Circulante	315.342	4,45%	99,99%	301.921	-23,12%	99,54%	392.732	100,00%	99,82%
Investimentos	315.328	4,45%	99,99%	301.905	-23,12%	99,54%	392.713	100,00%	99,81%
Imobilizado	14	-12,50%	0,004%	16	-15,79%	0,01%	19	100,00%	0,0048%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>315.368</b>	<b>3,98%</b>	<b>100,00%</b>	<b>303.309</b>	<b>-22,91%</b>	<b>100,00%</b>	<b>393.449</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>PASSIVO</b>									
Circulante	1.032.413	-0,05%	327,37%	1.032.974	-36,92%	340,57%	1.637.630	100,00%	416,22%
Não Circulante	1.387.744	-0,12%	440,04%	1.389.474	1139,67%	458,11%	112.084	100,00%	28,49%
Patrimônio Líquido	(2.104.789)	-0,68%	-667,41%	(2.119.139)	56,25%	-698,67%	(1.356.265)	100,00%	-344,71%
Capital Realizado	973.764	0,00%	308,77%	973.764	0,00%	321,05%	973.764	100,00%	247,49%
Prejuízos acumulados	(3.078.553)	-0,46%	-976,18%	(3.092.903)	32,74%	-1019,72%	(2.330.029)	100,00%	-592,21%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>315.368</b>	<b>3,98%</b>	<b>100,00%</b>	<b>303.309</b>	<b>-22,91%</b>	<b>100,00%</b>	<b>393.449</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>CONSOLIDADO</b>									
	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%	2011	AH%	AV%
				REAPRESENTADO			REAPRESENTADO		
<b>ATIVO</b>									
Circulante	148.859	34,57%	32,69%	110.620	11,56%	26,35%	99.159	100,00%	18,30%
Não Circulante	306.474	-0,88%	67,31%	309.188	-30,17%	73,65%	442.798	100,00%	81,70%
Realizável a Longo Prazo	213.346	-2,52%	46,85%	218.867	1,17%	52,14%	216.336	100,00%	39,92%
Investimentos	59.775	10,55%	13,13%	54.069	-47,47%	12,88%	102.922	100,00%	18,99%
Imobilizado	32.633	-8,44%	7,17%	35.642	-69,65%	8,49%	117.422	100,00%	21,67%
Intangível	720	18,03%	0,16%	610	-90,03%	0,15%	6.118	100,00%	1,13%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>455.333</b>	<b>8,46%</b>	<b>100,00%</b>	<b>419.808</b>	<b>-22,54%</b>	<b>100,00%</b>	<b>541.957</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>PASSIVO</b>									
Circulante	1.093.926	1,30%	240,25%	1.079.877	-36,22%	257,23%	1.693.088	100,00%	312,40%
Não Circulante	1.466.196	0,49%	322,01%	1.459.070	611,28%	347,56%	205.134	100,00%	37,85%
Patrimônio Líquido	(2.104.789)	-0,68%	-462,25%	(2.119.139)	56,25%	-504,79%	(1.356.265)	100,00%	-250,25%
Capital Realizado	973.764	0,00%	213,86%	973.764	0,00%	231,95%	973.764	100,00%	179,68%
Prejuízos acumulados	(3.078.553)	-0,46%	-676,11%	(3.092.903)	32,74%	-736,74%	(2.330.029)	100,00%	-429,93%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>455.333</b>	<b>8,46%</b>	<b>100,00%</b>	<b>419.808</b>	<b>-22,54%</b>	<b>100,00%</b>	<b>541.957</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## 10.2 Os diretores devem comentar:

### a. resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

### **EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015**

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2015 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012.

### **EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014**

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2014 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica. Em 2014, as Outras Receitas se referem principalmente ao Ágio apurado na alienação de 51% das ações ordinárias da Coligada Celg D. Quanto ao Resultado Financeiro, se refere principalmente aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

### **EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012**

Efetuamos a reapresentação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2011, comparativamente ao Exercício de 2012, consolidando apenas as receitas da Controlada Celg GT, em decorrência da Subsidiária Celg D encontrar-se sobre o controle da Eletrobras desde o dia 24 de abril de 2012, decorrente do acordo de acionistas e assunção da mesma à condição de Controladora das deliberações sociais desta Subsidiária. Desta forma, as receitas consolidadas em 2011 na posição reapresentada correspondem às atividades de geração e transmissão de energia elétrica. A posição reapresentada de 2012 se refere à não adoção da Consolidação proporcional pela Controlada Celg GT em relação à sua participação na Energética Corumbá III. Em 2013, tanto as Outras Receitas, quanto o Resultado Financeiro se referem aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

#### **ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

### **EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015**

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e c) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

### **EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014**

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e b) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

### **EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012**

A Administração da Celgpar efetuou as intervenções cabíveis no exercício de 2013, por conta dos impactos advindos da Medida Provisória nº. 579/2012 relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia elétrica e, por sua vez, de forma conjunta à Administração da Celg D no que concerne às atividades de distribuição de energia elétrica.



**CVM** *Comissão de Valores Mobiliários*

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

<p><b>b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços</b></p> <p><b><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015, 2014 e 2013</u></b></p>	
<p>Não aplicável para os itens concernentes a taxas de câmbio e introdução de novos produtos e serviços. No que concerne às variações de receitas vinculadas à alterações de volumes e inflação, as receitas da Coligada e Controlada acompanham estas variações à medida das Revisões tarifárias periódicas, para a atividade de distribuição, e à medida da incorporação de novas Receitas Anuais Permitidas (novos investimentos e reforços de sistema), para as atividades de geração e transmissão.</p>	
<p><b>c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor</b></p>	



## **EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2015, 2014 e 2013**

Os principais fatores e condições que afetam a receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

### **Inflação**

A situação financeira e o resultado das operações da Controlada Celg GT e da Coligada Celg D são afetados pela inflação, uma vez que as receitas, apesar de não serem diretamente indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA), tem a tendência a serem atreladas à variação destes índices, assim como os custos operacionais. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.

### **Variação de Preços dos Principais Insumos e Produtos**

Revisão Tarifária Extraordinária 2015 na Coligada Celg D

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE com reajuste médio de 27,71% em relação ao Reajuste Tarifário de 2014, a ser aplicado nas tarifas da Coligada a partir de 02 de março de 2015.

Essa revisão ficou composta conforme itens a seguir, o que demonstra o impacto tarifário em termos de receita (produto – distribuição de energia elétrica):

<b>RESULTADO – EM R\$MIL</b>	<b>REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL 2014</b>	<b>REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA 2015</b>
<b>RECEITA REQUERIDA</b>	<b>R\$ 3.576.708</b>	<b>R\$ 4.609.922</b>
<b>PARCELA A</b>	<b>R\$ 2.509.994</b>	<b>R\$ 3.543.208</b>
Encargos Setoriais	R\$ 256.516	R\$ 984.391
Transporte de Energia	R\$ 148.817	R\$ 148.817
Compra de Energia	R\$ 2.104.662	R\$ 2.410.001
<b>PARCELA B</b>	<b>R\$ 1.066.714</b>	<b>R\$ 1.066.714</b>
<b>RECEITA REQUERIDA LIQUIDA</b>	<b>R\$ 3.576.708</b>	<b>R\$ 4.609.922</b>
<b>RECEITA VERIFICADA</b>	<b>R\$ 3.018.698</b>	<b>R\$ 3.018.698</b>
Componentes financeiros	R\$ 186.322	R\$ 186.322
<b>ÍNDICE ECONÔMICO</b>	<b>18,49%</b>	<b>28,89%</b>
<b>ÍNDICE FINANCEIRO</b>	<b>5,79%</b>	<b>0,00%</b>
<b>ÍNDICE DE REPOSICIONAMENTO TOTAL</b>	<b>24,27%</b>	<b>28,89%</b>
<b>EFEITO MÉDIO AO CONSUMIDOR</b>	<b>21,64%</b>	<b>27,71%</b>

Com relação à compra de energia, principal insumo da Coligada Celg D, Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, acaso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEARs de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e (iii) outras variações de mercado.




**Reajuste Tarifário do Exercício de 2015 na Coligada Celg D**

Em 8 de setembro de 2015, a ANEEL autorizou o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Coligada Celg D, levando a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 6,89%, sendo de 7,23% em média, para os consumidores conectados em Alta Tensão e de 6,71%, em média, para os consumidores conectados em Baixa Tensão, aplicado nas tarifas da Coligada a partir de 12 de setembro de 2015. Esse reajuste foi composto da seguinte forma:

<b>RESULTADO – EM R\$MIL</b>	<b>REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL 2015</b>
<b>RECEITA REQUERIDA</b>	<b>R\$ 4.969.107</b>
<b>PARCELA A</b>	<b>R\$ 3.825.678</b>
Encargos Setoriais	R\$ 1.308.938
Transporte de Energia	R\$ 152.127
Compra de Energia	R\$ 2.364.613
<b>PARCELA B</b>	<b>R\$ 1.143.429</b>
<b>RECEITA REQUERIDA LIQUIDA</b>	<b>R\$ 4.969.107</b>
<b>RECEITA VERIFICADA</b>	<b>R\$ 3.669.134</b>
Componentes financeiros	R\$ 273.791
<b>ÍNDICE ECONÔMICO</b>	<b>35,43%</b>
<b>ÍNDICE FINANCEIRO</b>	<b>7,26%</b>
<b>ÍNDICE DE REPOSICIONAMENTO TOTAL</b>	<b>42,69%</b>
<b>EFEITO MÉDIO AO CONSUMIDOR</b>	<b>6,89%</b>

Concernente à Controlada Celg GT, as receitas operacionais estão atreladas diretamente ao nível de investimentos em reforços e ampliações da Rede Básica, em processo de readequação após a edição da MP 579/2012.


**Taxa de Câmbio**

Possibilidade de a Coligada Celg Distribuição S.A. – CELG D vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira.

**Taxa de Juros**

Com relação à Celgpar, observa-se que o maior montante de sua dívida com terceiros concentra-se em operação de crédito interno, à taxa anual pré-fixada de 6,5%, não indexada (ver item 10.1.f).

Com relação à Controlada Celg GT, observou-se no ano de 2015 os efeitos da troca de sua dívida mais onerosa, vinculada anteriormente a instrumento financeiro com a Coligada Celg D, por dívida não onerosa com a Celgpar, visto a Controladora ter efetuado o pagamento desta dívida para com a Celg D, passando a ser, por sua vez, credora da Celg GT. Esta operação, para a Celg GT, diminuiu o montante de juros indexados pelo IGPM + 12% a.a., para instrumento financeiro não oneroso, dada a intenção de capitalização deste pela Celgpar. Em termos de efeitos sob o resultado, ocorreu a sensível redução dos encargos de dívida da Celg GT, permitindo a mesma encerrar o exercício de 2015 com um resultado financeiro positivo de R\$26.509 mil, comparativamente ao resultado financeiro positivo de R\$3.010 mil observado no exercício de 2014.

Com relação à Coligada Celg D, verifica-se que a mesma possui empréstimos relevantes remunerados pela variação de indexadores macroeconômicos (em ordem crescente de estoque de dívidas: Dólar, CDI, SELIC, TJLP, INPC e Iene), acrescidos de juros pré-fixados que variam de 0,3% a 1% ao mês, sendo que os indexadores representam o maior fator de risco à coligada, em função da volatilidade, principalmente câmbio e CDI.

**10.3 Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo causaram ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:**
**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia, Controlada e Coligada não sofreram quaisquer alterações nas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto.

Em 26 de agosto de 2014 foi assinada a Promessa de Compra e Venda de Ações entre as partes envolvidas (Estado de Goiás, Celgpar, Celg D e Eletrobras), tendo sido aprovado, posteriormente, no âmbito das Assembleias Gerais de Acionistas da Celgpar e da Eletrobras, a aquisição, pela Eletrobras, de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, fatos estes devidamente comunicados ao Mercado. Este processo de aquisição, incluindo todos os prazos legais para o exercício de direito de preferência, pelos acionistas da Celgpar, sob as ações da Celg D, foi cumprido e encerrado no dia 24 de novembro de 2014. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015. Os demais acionistas da Celgpar, no exercício de direito de preferência, adquiriram o restante das ações ordinárias da Celg D.



Com relação à Coligada Celg D ocorreu, em maio de 2015, e por determinação da União, a inclusão desta no Programa Nacional de Desestatização – PND, sendo que as tratativas da desestatização encontram-se em andamento, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Celgpar possui cláusula de pacto de venda conjunta da sua participação acionária na Celg D e, por decisão de seus acionistas acostada na sua 37ª Assembleia Geral de Acionistas – AGE, ocorrida em 17 de dezembro de 2015, decidiu alienar conjuntamente à Eletrobras a totalidade de suas ações ordinárias na Celg D, processo este que encontra-se em curso no exercício social de 2016.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que foram refletidas nas demonstrações financeiras nos três últimos exercícios sociais.

**10.4 Comentários dos diretores sobre:**

**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não ocorreram quaisquer mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2015.

Assevera-se que a Instrução CVM nº. 457, de 13 de julho de 2007, estipulou em seu art. 1º a obrigatoriedade, por parte das Companhias Abertas, da apresentação a partir do exercício social findo em 2010 das Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A referida Instrução foi alterada pela Instrução CVM nº. 485, de 1º de setembro de 2010, que obrigaram as Companhias Abertas a elaborarem suas Demonstrações Contábeis Consolidadas com base nos pronunciamentos contábeis do CPC que se encontram, comparativamente aos exercícios sociais de 2015 e 2014, consoantes ao padrão contábil internacional.

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Ver item 10.4.a.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

#### Ênfases

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 2 III (a2 e a3), as ações de emissão da Celg D, na proporção de 51% dessas, nos termos do Inciso I e Parágrafo único, do Art. 253, da Lei nº 6.404/76, foram alienadas pela CELGPAR, segundo condições divulgadas ao Mercado, por intermédio dos Avisos aos Acionistas, de 23 de setembro, 21 de outubro, e 6 e 18 de novembro de 2014. Com relação ao percentual de alienação de 51% das ações da Celg D, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquiriu 76.761.267 ações ordinárias, correspondente a 50,93% do capital social da Celg D, passando à situação de Controladora em proporção acionária e, por sua vez, mantendo a sua condição anterior de preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D – vinculado ao acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo de Goiás, a Eletrobras e a CELGPAR. Por sua vez, a Bovespa, na condição de proprietária fiduciária, adquiriu 100.833 ações ordinárias de emissão da Celg D, equivalente a 0,07% no cômputo total das ações, em nome de 16 (dezesseis) investidores. Desta forma, e após esta alienação, a CELGPAR permaneceu com uma participação de 49% do total das ações de emissão da Celg D, mediante a propriedade de 73.848.672 ações ordinárias. Nos termos da NBC TG 18-(R2) (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), especificamente nos itens 3, 5, e 6, a participação acionária da CELGPAR na Celg D, após este processo de alienação, configura-se como uma participação acionária em Sociedade Coligada. Os investimentos na controlada e coligada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada CELG GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na coligada CELG D foi ajustado pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas à razão percentual de 49%, incluindo os respectivos ajustes, quando cabíveis, na provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais da controlada CELG GT. As informações individuais da controlada CELG GT foram incorporadas ao processo de consolidação da CELGPAR na data-base de 31 de dezembro de 2015, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A., e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2(Negócios em Conjunto). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

#### Comentários da Administração:

O destaque dado pelos Auditores diz respeito principalmente ao processo de conclusão da transferência de controle acionário da anterior Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, mediante firmamento de promessa de compra e venda, cumprimento de todas as suas cláusulas de resolução do negócio previstas e respectiva liquidação financeira. Além disto, destaca-se o critério contábil adotado pela Celgpar no reconhecimento dos valores patrimoniais dos seus investimentos pelo método da equivalência patrimonial e não consolidação proporcional, condizente com os normativos contábeis vigentes.



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. Para efeito de comparabilidade das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, no que concerne à posição patrimonial e de resultado, com a posição encerrada em 31/12/2014, a controlada Celg GT efetuou reclassificações vinculadas à adequação ao plano de contas do setor elétrico. Estas reclassificações, por sua vez, influenciaram nas demonstrações financeiras demonstrações financeiras de 31/12/2014, anteriormente apresentadas pela CELGPAR. Neste sentido, foram efetuadas a reclassificações que estão reapresentadas nestas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

Ênfase de caráter técnico, que reflete as motivações para a reclassificação das demonstrações financeiras de 31/12/2014.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão não indenizadas, para fins de indenização. O cronograma destes serviços informado a ANEEL previa a finalização em até 15 (quinze) meses contados a partir de 31 de dezembro de 2013, tendo sido solicitada a prorrogação deste prazo pela Controlada junto ao órgão regulador e obtida a respectiva anuência, tendo a entrega ocorrido no dia 31 de julho de 2015. Tomando por base os valores avaliados, confirmou-se o entendimento da administração acerca do respectivo banco de preços, que não apresentou descolamento relevante dos valores consignados na contabilidade da controlada Celg GT. Desta forma, os possíveis indicativos de *impairment* foram avaliados no decorrer dos trabalhos de avaliação, culminando com a apresentação e formalização do laudo junto ao órgão regulador. Desta forma, permanece a controlada Celg GT no aguardo do processo da fiscalização do referido laudo por parte da ANEEL, para a definição dos valores de indenização destes ativos. Observa-se, por sua vez, que o teste de *impairment* destes ativos na data-base de 31 de dezembro de 2015, comparando-se o valor contábil com o respectivo valor recuperável, fundamentado no valor em uso estimado pelos fluxos de caixa futuros, não indicou qualquer provisionamento para a redução ao valor recuperável destes ativos, o que veio a se confirmar no laudo entregue junto ao regulador. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

A administração anuiu com a inexistência de indicativos de *impairment* dos Ativos de Transmissão não Indenizados e aguarda a finalização do processo de fiscalização pela ANEEL. Os auditores colocaram este item em evidência por se tratar de ativos de grande relevância para a continuidade dos negócios da Controlada Celg GT.



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.2.b, a coligada CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, e nº 485, de 29 de agosto de 2002. O resultado da fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390 mil, encaminhado à coligada CELG D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 06 de fevereiro de 2007. A coligada encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 02 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução Normativa ANEEL nº 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade. Em resposta à manifestação da coligada, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, foi encaminhado à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela ANEEL. A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da coligada CELG D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da CELGPAR e CELG D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

A Administração da Celgpar permanecerá no aguardo do desdobramento do Termo de Notificação mencionado, já que implicará a revisão dos valores, monitorando as decisões da atual Controladora da Celg D.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.2.d, a coligada CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza. O montante ativado destes créditos ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 114.723 mil. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

A Administração da Celgpar entende que o critério adotado pela coligada Celg D está condizente com a legislação societária e fiscal, sendo este o mais conservador, já que a coligada, apesar de possuir um estoque razoável de prejuízos fiscais, só ativa o montante conciliado com as suas obrigações fiscais de mesma natureza – efeito nulo em termos patrimoniais. Neste sentido, a coligada Celg D se absteve de utilizar-se das prerrogativas do art. 2º da Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, já que não possuía, em 2015, o histórico de rentabilidade vinculado a lucro tributável em, pelo menos, 3 (três) dos 5 (cinco) últimos exercícios sociais, bem como não apresentar condições de geração de lucros tributáveis futuros, neste exercício social.



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a companhia, sua controlada e sua coligada, em 31 de dezembro de 2015, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, a Companhia está em tratativas acerca deste assunto por atividade: 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo que está sendo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados, a Administração da Controladora optou por avançar com estas definições ao longo do exercício de 2015, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo. Esta definição deverá avançar para o exercício de 2016, em função de que os resultados da avaliação ainda serão homologados pela ANEEL, mediante a fiscalização dos trabalhos executados; e 2) Atividade de Distribuição: a Administração da Coligada Celg D desencadeou os procedimentos licitatórios para a contratação do seguro patrimonial dos bens e instalações da Concessão, procedimentos estes que se encontram em andamento. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

A administração da Celgpar aguardará, para a Celg GT, a finalização dos trabalhos de elaboração e fiscalização, por parte da Aneel, do laudo de avaliação dos Ativos de Transmissão não indenizados, já que somente com a respectiva conciliação final destes será possível blindar a sua base de remuneração e, neste sentido, contratar apólice de seguro condizente com a sua realidade patrimonial em termos destes ativos. Com relação à Coligada Celg D, a administração da Celgpar permanecerá no aguardo dos desdobramentos dos procedimentos licitatórios já desencadeados.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a Companhia possui transações com partes relacionadas, onde as principais operações são decorrentes de contratos de mútuo e de cessão de créditos. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

A administração da Celgpar anui e confirma que todas as transações com partes relacionadas estão suportadas por instrumentos contratuais próprios.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (a), a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Coligada pela Eletrobras avançaram nos exercícios de 2012, 2013 e por todo o exercício de 2014, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da CELGPAR, para a Eletrobras. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 ações ordinárias da CELG D, correspondente a 50,93% do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

Esta ênfase tem caráter informativo e, especificamente, de deixar claro a concretização do pagamento, pela Eletrobras, da aquisição do controle acionário da anterior subsidiária Celg D.



**CVM** *Comissão de Valores Mobiliários*

**INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (b), com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias. A Coligada Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica. Por intermédio da Lei nº 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas. A ANEEL colocou em Audiência Pública (AP nº 038/2015), em duas fases, as minutas dos contratos de concessão. Paralelamente, a Administração da Coligada Celg D efetuou a análise necessária das condições de prorrogação, enviando ao Poder Concedente as contribuições para o aperfeiçoamento da respectiva minuta contratual. Após a decisão do Ministério de Minas e Energia pela prorrogação da concessão, a Coligada teria o prazo de 30 (trinta) dias para celebrar o termo aditivo, contado da data de convocação para efetuá-lo. Em 21 de outubro de 2015, a ANEEL deliberou sobre o resultado da Audiência Pública, com a recomendação, ao Poder Concedente (Ministério de Minas e Energia), de prorrogar 40 (quarenta) concessões de Distribuição de Energia Elétrica, dentre elas a concessão da Coligada Celg D. Neste sentido, em 30 de dezembro de 2015, foi publicado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000 – ANEEL, de 25 de agosto de 2000, prorrogando a Concessão até 07 de julho de 2045. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

Esta ênfase apresenta o monitoramento que a administração da Celgpar efetuou do processo de renovação da concessão de distribuição de energia elétrica, que se concretizou em 30 de dezembro de 2015.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (c), com relação à concessão de Transmissão, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740 mil, está sendo recebido parceladamente pela Celg GT, atualizada pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano. Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações a Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT. Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora CELGPAR e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à CELG GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações. Neste sentido, foram implementadas medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº 579. Estas medidas encontram-se em andamento na esfera judicial. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

A administração da Celgpar entende que tomou e vem tomando todas as providências necessárias a se resguardar as concessões de geração e transmissão. Neste sentido, o reflexo destas decisões continuará sendo avaliado e monitorado no decorrer do exercício de 2016.





As demonstrações contábeis da controladora, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 3.347.557mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 20, letra (c) e nº 31 letra (f), objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da CELGPAR pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais: a) No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da CELGPAR, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 1.422.416 mil; b) Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores; c) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Controlada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014; d) Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, no sentido de se criar condições para o estabelecimento de um fluxo de dividendos desta Coligada, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de distribuição, mediante a sua prorrogação. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Coligada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014; e e) Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, tendo em vista a inclusão desta Coligada no Plano Nacional de Desestatização – PND, ocorrido no dia 5 de maio de 2015. Neste sentido, o Poder Executivo do Estado de Goiás, por meio da Lei Estadual nº 18.956, de 16 de julho de 2015, foi autorizado a alienar, na sua totalidade ou no percentual que achar conveniente, as ações integralizadas do capital social da Coligada Celg D, controladas pelo Estado de Goiás por meio da CELGPAR e pelo Governo Federal por meio da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

A ênfase é clara no que diz respeito às soluções de continuidade da Celgpar apontadas por sua Administração. Estas soluções serão acompanhadas pelos órgãos de governança da holding, controlada Celg GT e coligada Celg D, com vistas, dado o volume de recursos captado, a dar bom termo ao contrato de financiamento consignado em setembro/2014 com a Caixa Econômica Federal. A administração entende que esta contratação foi essencial para a continuidade da Coligada Celg D, e respectivo cumprimento do acordo com a Eletrobras, e promoverá a gestão necessária para viabilizar a liquidez de recursos para honrar os pagamentos previstos para 2017.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 31 (g), de que em 03 de julho de 2015, a CELGPAR, por solicitação do Governo do Estado de Goiás, seu acionista controlador, divulgou e comunicou Fato Relevante através do qual informou que procedeu ao registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da CELGPAR – OPA, que visa à aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação, ou seja, 74.389 (setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove) ações, representativas de 0,2270% do capital social da CELGPAR, com vistas ao posterior cancelamento do registro de Companhia Aberta da CELGPAR. Este processo encontra-se em andamento, em obediência aos prazos legais estipulados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e legislação societária. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

O processo de fechamento de capital encontra-se em análise pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e a Administração permanece no aguardo do desfecho das tratativas junto a esta autarquia para promover a respectiva OPA.



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

As demonstrações financeiras da CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. No exercício de 2015, apresentou um prejuízo no valor de R\$ 1.019.822 mil, e patrimônio líquido negativo de R\$ 951.224 mil. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

Ênfase de caráter informativo, que evidencia a questão de continuidade operacional da coligada Celg D, atualmente controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

A controlada CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT, no exercício apresentou um lucro de R\$ 16.234 mil, mantendo ainda um prejuízo acumulado de R\$ 662 mil. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

**Comentários da Administração:**

As medidas que foram tomadas na controlada Celg GT, especificamente pela recomposição de sua Receita Anual Permitida, e reequilíbrio do seu resultado financeiro, surtiram os efeitos necessários no exercício de 2015.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador da Companhia, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Comentários da Administração:**

Ênfase de caráter informativo, sendo a DVA consolidada como uma Demonstração adequada aos diversos usuários da informação contábil.

**10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

A administração da Celgpar apresentará abaixo apenas as políticas contábeis críticas adotadas, com a respectiva exposição de motivos pela sua adoção, já que estas, na hipótese de alteração de práticas, poderia a levar a alterações contábeis relevantes.



Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Coligada. A administração da Celgpar entende ser os critérios adequados e respectivamente aderentes à legislação societária e fiscal e, por sua vez, aderentes ao previsto pelo regulador do serviço público de energia elétrica. Eventuais descolamentos destas provisões podem acarretar alterações contábeis, porém observa-se a constituição desta provisão com base em critérios sustentáveis por parte da Controlada e Coligada.

Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – R1 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, aguardando a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável. A administração da Celgpar, em função dos testes de *impairment* efetuados, bem como dos resultados do valor indenizável entregues ao regulador, entende não haver, a princípio, alterações futuras relevantes dos valores contábeis destes ativos, porém permanece no aguardo do resultado da fiscalização a ser efetuada pela Aneel, no sentido de efetuar a avaliação final e, por sua vez, efetuar ajustes na contabilidade, se cabíveis.



Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício. Nos próximos exercícios sociais poderão ocorrer as premissas previstas na Instrução CVM nº 371/2002 e, neste sentido, tanto a Controlada quanto a Coligada passar e reconhecer ativo fiscal diferido em quantidade superior às obrigações fiscais de mesma natureza.

Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, controlada e coligada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Não obstante a provisão para contingências se revestir de estimativas fundamentadas na análise do corpo jurídico das empresas, observa-se, na Coligada Celg D, a instituição do Fundo de Aporte à Celg D – FUNAC que, na prática, neutraliza a maior parte destas provisões, visto assegurar, para aquelas ações transitadas em julgado até a entrada de Eletrobras no controle da Celg D, o respectivo ressarcimento pelo Estado de Goiás à Sociedade e, para os ativos contingentes, o referido ressarcimento em efeito contrário. A movimentação da conta do FUNAC, na coligada Celg D, até o exercício encerrado em 2015, ofertou a condição necessária à minimização dos riscos contingentes. Eventual desconstituição desta conta poderá acarretar alteração contábil relevante já que, na prática, se levaria novamente ao resultado os respectivos passivos contingentes da Coligada.

**10.6 Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las



A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los de maneira contínua.

**b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Não houve deficiências e recomendações no relatório do auditor independente.

**10.7 Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

**a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

**b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável.

**c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável.

**10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

**a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades, cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.



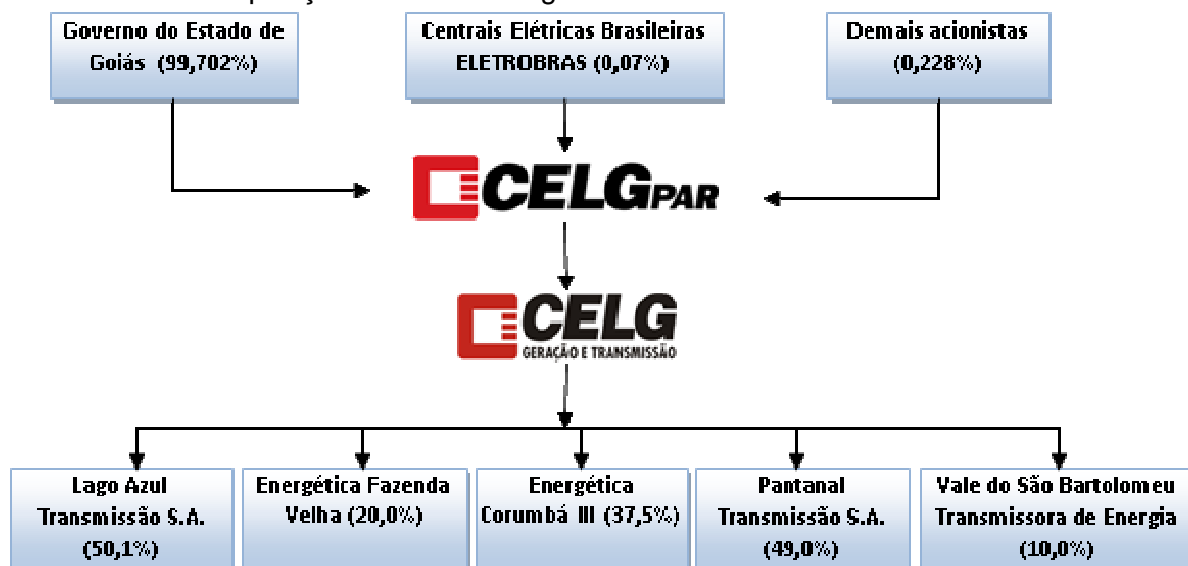
<b>10.9 Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:</b>																									
<p>a. <b>como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor</b></p> <p>Não aplicável.</p>																									
<p>b. <b>natureza e o propósito da operação</b></p> <p>Não aplicável.</p>																									
<p>c. <b>natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação</b></p> <p>Não aplicável.</p>																									
<b>10.10 Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:</b>																									
<p>a. <b>investimentos, incluindo:</b></p>																									
<p style="text-align: center;"><b>i - descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos</b></p> <p style="text-align: center;"><b><u>Os comentários abaixo se referem à Coligada Celg Distribuição S.A. Celg D:</u></b></p> <p>Em 2015, o volume de investimentos da Coligada Celg D totalizou um montante de R\$ 322.076 mil, apresentando um aumento de 25,5%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.</p> <table border="1" data-bbox="311 1355 1497 1601"> <thead> <tr> <th>Área de Aplicação</th> <th>2015</th> <th>2014</th> <th>Varição 2015-2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Transmissão associada a distribuição de SE</td> <td>61.593</td> <td>45.003</td> <td>36,8%</td> </tr> <tr> <td>Transmissão associada a distribuição a LT</td> <td>18.812</td> <td>44.039</td> <td>-57,3%</td> </tr> <tr> <td>Distribuição – linhas e redes</td> <td>187.610</td> <td>118.705</td> <td>58,1%</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>54.061</td> <td>48.883</td> <td>10,6%</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>322.076</b></td> <td><b>256.660</b></td> <td><b>25,5%</b></td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;"><b><u>Os comentários abaixo se referem à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. Celg GT:</u></b></p>		Área de Aplicação	2015	2014	Varição 2015-2014	Transmissão associada a distribuição de SE	61.593	45.003	36,8%	Transmissão associada a distribuição a LT	18.812	44.039	-57,3%	Distribuição – linhas e redes	187.610	118.705	58,1%	Outras	54.061	48.883	10,6%	<b>Total</b>	<b>322.076</b>	<b>256.660</b>	<b>25,5%</b>
Área de Aplicação	2015	2014	Varição 2015-2014																						
Transmissão associada a distribuição de SE	61.593	45.003	36,8%																						
Transmissão associada a distribuição a LT	18.812	44.039	-57,3%																						
Distribuição – linhas e redes	187.610	118.705	58,1%																						
Outras	54.061	48.883	10,6%																						
<b>Total</b>	<b>322.076</b>	<b>256.660</b>	<b>25,5%</b>																						



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

A Controlada CELG Geração e Transmissão S.A – CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, sendo a atual composição acionária a seguinte:



A Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de mais de 20 projetos de usinas e PCH em andamento. Participa, ainda, de três sociedades de propósito específico – SPE (“SPE”) já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu, Pantanal e Lago Azul) e de uma SPE no segmento de Transmissão em constituição denominada Firminópolis Transmissão S.A.

Em 2015, a Controlada CELG GT participou do Leilão de Geração nº 12/2015, para a contratação de Concessão em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei 12.783/2013, alterada pela Medida Provisória nº 688/2015, arrematando o Lote A – Usina Rochedo. A Usina Rochedo foi construída e operada pela CELG verticalizada e pela CELG GT desde a década de 50, e possui potência instalada de 4 MW, cuja RAG proposta foi de R\$ 5.006.000,00 (cinco milhões e seis mil reais) ao ano.

A Controlada CELG GT participou também do Leilão de Transmissão nº 01/2015, vencendo o Lote K, composto por uma Subestação de 500kV, compensador estático, em Luziânia - Goiás, cujo valor de investimento estimado pela ANEEL é de R\$ 128 milhões, com previsão para entrada em operação em novembro de 2018, cuja RAP (Receita Anual Permitida) ofertada foi de R\$ 17,849 milhões ao ano.

Ainda em 2015, a Controlada CELG GT participou, através do Consórcio Firminópolis, com participação acionária de 49%, do Leilão de Transmissão nº 005/2015, arrematando o Lote L, composto por uma Linha de Transmissão em 230kV de Trindade a Firminópolis - Goiás. O investimento previsto pela ANEEL para o empreendimento é da ordem de R\$ 40 milhões, com previsão para entrada em operação em março de 2019, cuja RAP ofertada foi de R\$ 6,550 milhões ao ano.



No encerramento do exercício social de 2015, em decorrência do Contrato de Concessão 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 725,04 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás, bem como participava da construção de 326,50 km de Linhas de Transmissão, mediante a participação acionária em quatro SPE (três constituídas e uma em fase de constituição). O quadro abaixo apresenta, de forma discriminada, o rol destas concessões e participações:

Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
<b>Integral</b>			<b>725,04</b>		
LT ANHANGUERA - CARAJÁS C-1	CD	230	16,53	31/12/2012	31/12/2042
LT ANHANGUERA - CARAJÁS C-2	CD	230	16,49	31/12/2012	31/12/2042
LT BANDEIRANTES - XAVANTES C-1	CD	230	35,8	01/04/1990	31/12/2042
LT BANDEIRANTES - XAVANTES C-2	CD	230	15,8	01/04/1990	31/12/2042
LT CACHOEIRA DOURADA - ANHANGUERA	CD	230	194,7	26/02/1959	31/12/2042
LT CACHOEIRA DOURADA - PLANALTO	CD	230	85,0	26/02/1959	31/12/2042
LT PLANALTO - ANHANGUERA	CD	230	113,0	26/02/1959	31/12/2042
LT ITUMBIARA - PARANAÍBA	CS	230	11,0	02/03/1998	31/12/2042
LT PIRINEUS - XAVANTES	CS	230	15,8	01/07/1996	31/12/2042
LT CARAJÁS - PALMEIRAS	CS	230	66,1	01/07/1996	31/12/2042
LT PALMEIRAS - FIRMINÓPOLIS	CS	230	47,5	01/07/1996	31/12/2042
LT SE ANHANGUERA - GOIÂNIA LESTE	CS	230	12,4	30/09/1982	31/12/2042
LT SE GOIÂNIA LESTE - XAVANTES	CS	230	27,0	30/09/1982	31/12/2042
LT BARRO ALTO FURNAS - ITAPACI	CS	230	67,8	02/05/1990	31/12/2042
LT ANHANGUERA - BANDEIRANTE C-1	CS	230	0,06		31/12/2042
LT ANHANGUERA - BANDEIRANTE C-2	CS	230	0,06		31/12/2042
<b>Sociedade de Propósito Específico</b>			<b>326,50</b>		
VALE DO SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.			-		
LT - Luziânia - Brasília Leste	C1 e c2	500	134	Dez/2017	08/10/2043
LT - Samambaia - Brasília Sul	C3	345	14	09/04/2016	08/10/2043
LT - Brasília Sul - Brasília Geral	C3	230	13,5	09/04/2016	08/10/2043
PANTANAL TRANSMISSÃO S.A	CD	230	13	09/10/2015	08/10/2043
LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A	C2	230	69	14/10/2016	13/04/2044
FIRMINÓPOLIS TRANSMISSÃO S.A. (SPE EM CONSTITUIÇÃO)		230	83	04/03/2019	2046
<b>Total</b>			<b>1.051,54</b>		





**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 2.358 MVA, conforme quadro abaixo:

POTÊNCIA INSTALADA - SUBESTAÇÕES OPERADAS E MANTIDAS PELA CELG GT			
Subestação	Município	Tensão	Potência Instalada MVA 2015
<b>Integral- CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 063/2001 – ANEEL</b>			<b>2.358</b>
Águas Lindas	Águas Lindas de Goiás	230/69 kV	100
Anhanguera	Aparecida de Goiânia	230/138/69 kV	350
Cachoeira Dourada	Cachoeira Dourada de Goiás	230/138 kV	100
Carajás	Goiânia	230/138 kV	450
Firminópolis	Firminópolis	230/138 kV	150
Goiânia Leste	Goiânia	230/13,8 kV	150
Itapaci	Itapaci	230/69 kV	100
Palmeiras	Palmeiras de Goiás	230/69 kV	100
Paranaíba	Itumbiara	230/69 kV	100
Pirineus	Anápolis	230/138 kV	225
Planalto	Morrinhos	230/69 kV	83,4
Xavantes	Goiânia	230/138 kV	450

Além disto, a Controlada CELG GT deverá, até o final do exercício social de 2018, implementar 7 projetos corporativos que envolvem reforços ou implantações de subestações, os quais representarão mais 1.906 MVA de Potência Instalada, tanto em atendimento ao Contrato de Concessão 063/2001, quanto ao Contrato de Concessão 004/2016 (Lote K, Leilão de Transmissão nº. 001/2015). Participa também, em SPE, da implantação de mais 1.020 MVA em termos de potência instalada, conforme o seguinte quadro descritivo:

REA	SUBESTAÇÃO	Potência Inst. (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
<b>Integral</b>		<b>1.906</b>		
4891/2014	SE ANHANGUERA, SE PALMEIRAS, SE XAVANTES e SE PARANAÍBA	300	11/11/2017	31/12/2042
5444/2015	SE ANHANGUERA, SE PLANALTO e SE FIRMINÓPOLIS	750	15/09/2017	31/12/2042
3170/2011	SE CARAJÁS	81	01/05/2016	31/12/2042
4417/2013	SE GOIÂNIA LESTE	50	01/01/2017	31/12/2042
3217/2011	SE ITAPACI e SE PIRINEUS	225	30/07/2016	31/12/2042
3914/2013	SE ITAPACI	50	30/07/2016	31/12/2042
CONTRATO CONCESSÃO 04/2016	SVC SUZIÂNIA	150/-300	20/11/2018	19/01/2046
<b>Sociedade de Propósito Específico</b>		<b>1.020</b>		
VALE DO SÃO BARTOLOMEU	BRÁSILIA	720	09/04/16	08/10/2043
PANTANAL TRANSMISSÃO S.A	SE Campo Grande II	300	09/10/15	08/10/2043



A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, continuará com a concessão da Usina de Rochedo até janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME.

A Controlada CELG GT detém 15% da energia gerada na UHE Corumbá III, que equivale a 14,2MW médios de Potência Instalada, e 20% da energia a ser gerada na PCH Energética Fazenda Velha, que equivale a 3,3 MW médios de Potência Instalada. Esta última tem a previsão de entrada em operação até o final do mês de março/2016.

Apresenta-se abaixo, o quadro demonstrativo da Potência Instalada e Garantia Física por Geradora, bem como a respectiva participação da Controlada CELG GT:

Usina	Potência Instalada	Garantia Física MW Médios	Propriedade	Potência Instalada MW Proporc.	Garantia Física MW Médios Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
<b>Integral e Compartilhada</b>	16	10		16	10		
Usina São Domingos	12	7,2	100%	12	7,2	19/06/1990	*
Usina Rochedo	4	3	100%	4	3	18/04/1956	04/01/46
<b>Sociedade de Propósito Específico</b>	111,1	59,8		17,5	9,38		
UHE Corumbá III	94,6	50,9	15%	14,2	7,6	24/10/2009	06/11/36
PCH Fazenda Velha	16,5	8,9	20%	3,3	1,78	Março/2016	
<b>Total</b>	<b>127,1</b>	<b>69,8</b>		<b>33,5</b>	<b>19,38</b>		

A Controlada CELG GT também participa de 27 projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica, das quais seis possuem potência instalada acima de 50MW, e 21 empreendimentos com Potência Instalada projetada abaixo de 50MW.

#### ii - fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento, no exercício de 2015, concentraram-se em gerações de caixa a partir das atividades operacionais e de investimento, para as atividades de transmissão e geração de energia elétrica. Para as atividades de distribuição, observou-se um maior nível de captação de recursos junto a instituições financeiras.

#### iii - desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

#### b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor



**CVM** Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

Não aplicável.	
<b>c. novos produtos e serviços, indicando:</b>	
<b>i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas</b>	
Não aplicável.	
<b>ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços</b>	
Não aplicável.	
<b>iii - projetos em desenvolvimento já divulgados</b>	
Não aplicável.	
<b>iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços</b>	
Não aplicável.	
<b>10.11 Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção</b>	
Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.	

## Protocolo de Entrega na CVM / Bovespa

em 28.03.2016 às 18h34min

Proposta de Destinação do Lucro Líquido e Comentário dos Diretores Sobre a Situação Financeira

(Art. 9º, § 1º, Inciso II, e Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481/2009)

• página **77**

Envio de Documento  
Cancelamento de documentos  
Proventos

A- A+

## Protocolo



O documento foi entregue para **CVM e BM&FBOVESPA**

### Empresa

Código CVM: 21393  
Nome: COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES

### Informações Periódicas e Eventuais

**Protocolo de Recebimento:** 021393IPE290420160104245711-12  
Tipo de Documento: Assembleia - AGO/E - Proposta da Administração  
Versão: 1  
Data prevista para a realização da  
assembléia 29/04/2016 15:00  
**Data de Entrega:** 28/03/2016 18:34

**\*\*Atenção:** A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!

Imprimir